

CONTRATO DE CONSTRUÇÃO PARA PEQUENAS OBRAS

CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

© 2022 UNOPS - Todos os direitos reservados

O proprietário dos direitos autorais deste trabalho modificado é o UNOPS.

Este contrato foi produzido pelo UNOPS usando elementos do Contrato de Construção 2ª Edição (Livro Vermelho de 2017) e 1ª Edição (Livro Vermelho de 1999) publicados pela Federation Internationale Des Ingenieurs – Conseils (FIDIC). Este contrato é produzido sob licença e com permissão da FIDIC e é exclusivo para uso conforme previsto no contrato de licença. Consequentemente, nenhuma parte deste contrato pode ser copiada, reproduzida, traduzida, adaptada, armazenada em um sistema de recuperação ou comunicada, de qualquer forma ou por qualquer meio, seja mecânico, eletrônico, magnético, fotocópia, gravação ou outro, exceto de acordo com os termos dessa licença sem permissão prévia por escrito.

Para solicitar tal permissão, entre em contato com:

UNOPS Infrastructure and Project Management Group (IPMG)
Copenhagen, Dinamarca: ipmg.publications@unops.org

Este contrato não é endossado pela FIDIC. A FIDIC não é responsável pela precisão, integridade, adequação ou não deste contrato ou de suas traduções.

Em uso: As Condições Gerais do Contrato não devem ser alteradas. Se alguma das Condições Gerais exigir alteração, isso deve ser feito separadamente nas Condições Particulares do Contrato com a aprovação da equipe Jurídica do UNOPS IPAS.

Para garantir que esta é a versão mais recente do contrato, consulte a versão disponível online em www.unops.org e na intranet interna do UNOPS.

ÍNDICE

1 DISPOSIÇÕES GERAIS	7
1.1 Definições	7
1.2 Interpretação	17
1.3 Avisos e Outras Comunicações	18
1.4 Idioma	19
1.5 Prioridade dos Documentos	19
1.6 Conformidade com as Leis	19
1.7 Cessão ou Novação	20
1.8 Desenhos ou instruções em atraso	20
1.9 Confidencialidade	20
1.10 Propriedade e licença para usar os Documentos da Contratante e da Contratada	21
1.11 Responsabilidade Solidária	23
1.12 Acordo Integral e Alteração	23
1.13 Publicidade e uso do nome ou logo da Contratante e das Nações Unidas	23
1.14 Privilégios e Imunidades	23
1.15 Tributos e Obrigações	24
2 A CONTRATANTE	25
2.1 Direito de Acesso ao Local	25
2.2 Assistência	25
2.3 Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamentos da Contratante e Instalações da Contratante	25
2.4 Instruções da Contratante	25
3 REPRESENTANTE DA CONTRATANTE	26
3.1 Representante da Contratante	26
3.2 Assistentes do Representante da Contratante	26
3.3 Instruções e Aprovações	26
4 A CONTRATADA	27
4.1 Obrigações Gerais da Contratada	27
4.2 Garantia de Execução	28
4.3 Representante da Contratada	28
4.4 Subcontratada	29
4.5 Pessoal da Contratada	30
4.6 Falta de pagamento pela Contratada	31
4.7 Equipamento da Contratada	31
4.8 Definição	31
4.9 Saúde, Segurança e Socioambiental	32
4.10 Sistema de Gestão da Qualidade	34
4.11 Testes pela Contratada	34
4.12 Condições do Local	35
4.13 Direitos de Passagem e Instalações	36
4.14 Segurança do Local	36

4.16 Detonação	36
4.17 Royalties	37
4.18 Minas	37
4.19 Práticas Ilegais de Beneficiamento e Corrupção	37
4.20 Conduta Desordenada	37
4.21 Abastecimento de Água	38
4.22 Bebidas Alcoólicas ou Drogas	38
4.23 Armas, Munições e Explosivos	38
4.24 Festas e Costumes Religiosos	38
4.25 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho	38
4.26 Trabalho Infantil	39
4.27 Assédio Sexual, Exploração e Abuso	39
5 PROJETO PELA CONTRATADA	40
5.1 Obrigações de Projeto da Contratada	40
6 INÍCIO, ATRASOS E SUSPENSÃO	41
6.1 Início das Obras	41
6.2 Tempo para Conclusão	41
6.3 Programa	41
6.4 Extensão do Tempo	41
6.5 Indenização por Atraso	42
6.6 Suspensão pela Contratante	42
6.7 Consequência da Suspensão da Contratante	43
7 OCUPAÇÃO PELA CONTRATANTE	44
7.1 Ocupação de Obras e Seções	44
7.2 Certificado de Compra	44
8 RESPONSABILIDADE POR DEFEITOS	45
8.1 Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos	45
8.2 Testes Adicionais após a Correção de Defeitos	45
8.3 Certificado de Conclusão Final	46
8.4 Obrigações Não Cumpridas	46
8.5 Liberação do Local	46
9 VARIAÇÕES E AJUSTES	47
9.1 Direito de Variar	47
9.2 Avaliação das Variações	48
9.3 Somas Provisórias	48
9.4 Trabalho diurno	48
9.5 Ajustes para Mudanças nas Leis	48
9.6 Ajustes para Mudanças no Custo	48

10 PREÇO DO CONTRATO E PAGAMENTO	49
10.1 Preço do Contrato e Avaliação das Obras	49
10.2 Adiantamento	49
10.3 Declarações da Contratada	50
10.4 Certificado de Pagamento Provisório	51
10.5 Liberação de Retenção de Dinheiro	52
10.6 Declaração na tomada de posse	52
10.7 Declaração Final	53
10.8 Quitação	53
10.9 Certificado de Pagamento Final	53
10.10 Moeda de Pagamento	53
10.11 Pagamento Atrasado	53
10.12 Compensação	53
10.13 Auditoria e Investigações	54
10.14 Avaliação de Desempenho da Contratada	54
11 RESCISÃO PELA CONTRATANTE	55
11.1 Notificação para Corrigir	55
11.2 Rescisão por Inadimplemento da Contratada	55
11.3 Avaliação e Pagamento após a Rescisão	56
11.4 Rescisão por Conveniência da Contratante	57
11.5 Avaliação e Pagamento após a Rescisão por Conveniência da Contratante	57
12 SUSPENSÃO E RESCISÃO PELA CONTRATADA	58
12.1 Suspensão	58
12.2 Rescisão pela Contratada	58
12.3 Pagamento após rescisão pela Contratada	58
13 RISCO E RESPONSABILIDADE	59
13.1 Cuidados da Contratada com as Obras	59
13.2 Riscos da Contratante	59
13.3 Consequências do Risco da Contratante	60
13.4 Responsabilidades e Indenizações	60
14 FORÇA MAIOR	61
14.1 Força Maior	61
14.2 Aviso de Força Maior	61
14.3 Dever de Minimizar Atraso	62
14.4 Consequências de Força Maior	62
14.5 Rescisão Opcional, Pagamento e Quitação	63
14.6 Obrigação da Contratada após a Rescisão	63
15 SEGURO	64

15.1 Extensão da cobertura	64
15.2 Providências	64
15.3 Falha em Assegurar	66
16 REIVINDICAÇÃO DA CONTRATADA	67
16.1 Notificação de Reivindicação	67
17 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS	68
17.1 Direito de Litisconsórcio	68
17.2 Resolução amigável	68
17.3 Arbitragem	69
17.4 Resolução de Disputas para Não Atrasar a Execução das Obras	70
17.5 Sobrevivência	70

LISTA DE ABREVIATURAS:

MDQ	Mapa de Quantidades
PND	Prazo de Notificação de Defeitos
PDP	Prorrogação do Prazo
OIT	Organização Internacional do Trabalho (OIT)
CPP	Certificado de Pagamento Parcial
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual
JV	Joint Venture
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
IVA	imposto sobre o valor agregado

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Definições

No Contrato, as seguintes palavras e expressões terão os significados indicados abaixo:

“Garantia de Pagamento Antecipado” significa a garantia (ou garantias) a ser(em) fornecida(s) nos termos da Subcláusula 10.2 [*Pagamento Antecipado*].

“Afiliada” significa:

- (a) a empresa controladora final da Contratada;
- (b) qualquer empresa controlada por essa *holding* final;
- (c) qualquer empresa que controle a Contratada; ou
- (d) qualquer empresa controlada pela Contratada.

Para os fins desta definição, controle significa que uma parte possui, direta ou indiretamente, o poder de dirigir ou determinar a direção da administração e das políticas da outra parte, seja por meio da propriedade de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma, e o os termos “controles” e “controlados” devem ser interpretados de acordo.

“Autor” significa qualquer pessoa, incluindo um funcionário relevante da Contratada ou uma Subcontratada ou outra pessoa contribuinte, que seja autor de quaisquer Documentos da Contratada, que sejam atribuídos ou licenciados à Contratante nos termos do Contrato.

“Autoridade” significa todo órgão local, regional, territorial, zona livre, governo municipal, ministério, departamento governamental, comissão, conselho, agência, instrumentalidade, executivo, judicial ou administrativo, reconhecido pelas Nações Unidas e com jurisdição sobre as Obras e/ou a Contratada, bem como suas Afiliadas.

“Data Base” significa a data vinte e um (21) dias antes da última data para apresentação da Proposta.

“Mapa de Quantidades” ou “MDQ” significa o documento estabelecido no Anexo 4.1.A [*Mapa de Quantidades*].

“Reivindicação” significa um pedido ou afirmação por uma Parte à outra Parte para um direito ou alívio sob qualquer cláusula destas Condições ou de outra forma em conexão com, ou decorrente do Contrato ou da execução das Obras.

“Data de Início” significa a data indicada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], se não declarada, vinte e um (21) dias corridos após a Data de Vigência do Contrato.

“Condições do Contrato” ou “estas Condições” significam estas Condições Gerais conforme alteradas pelas Condições Particulares.

“Contrato” significa o Instrumento de Contrato juntamente com estas Condições Gerais, as Condições Particulares (se houver) e todos os Anexos e documentos (se houver) que estão listados como formando o Contrato no Instrumento de Contrato.

“Data de Vigência do Contrato” significa a data da última assinatura pelas Partes e na qual o Contrato entra em vigor e efeito conforme estabelecido no Instrumento de Contrato.

“Preço do Contrato” significa o preço para a execução das Obras definido em Subcláusula 10.1 [*Preço do Contrato e Avaliação das Obras*] e conforme identificado no Anexo 1.2 [*Detalhes Fornecidos pela Contratada*] e inclui quaisquer ajustes no preço feitos de acordo com o Contrato.

“Contratada” significa a entidade nomeada como “Contratada” no Instrumento de Contrato e os sucessores legais em título e cessionário permitido de tal entidade.

“Direitos de Propriedade Intelectual Antecedentes da Contratada” ou “DPI Antecedentes da Contratada” significa DPI de propriedade ou licenciados à Contratada que existem antes da Data de Vigência do Contrato e são usados pela Contratada na execução das Obras ou de outra forma disponibilizados à Contratante sob ou em conexão com este Contrato.

“Documentos da Contratada” significa todos os documentos preparados pela Contratada nos termos do Contrato para fins de execução das Obras, incluindo aqueles especificados na Especificação, cálculos, arquivos digitais, programas de computador e outros softwares, desenhos, manuais, modelos, especificações e outros documentos de natureza técnica.

“Equipamento da Contratada” significa todos os aparelhos, equipamentos, máquinas, plantas de construção, veículos e outros itens exigidos pela Contratada para a execução e conclusão das Obras e remediação de quaisquer defeitos. O Equipamento da Contratada exclui as Obras Temporárias, Instalações, Materiais e quaisquer outras coisas destinadas a formar ou fazer parte das Obras Permanentes, bem como o Equipamento da Contratante (se houver).

“Pessoal da Contratada” significa o Representante da Contratada e todo o pessoal que a Contratada utiliza no Local, ou outros locais onde as Obras estão sendo realizadas, o que pode incluir o pessoal, mão-de-obra, agentes e outros funcionários da Contratada e de cada Subcontratada e qualquer outro pessoal que auxilie a Contratada na execução das Obras.

“Representante da Contratada” significa a pessoa identificada como tal no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou nomeada de tempos em tempos pela Contratada nos termos da Subcláusula 4.3 [*Representante da Contratada*], que atua em nome da Contratada.

“Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas” significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946, que define e especifica inúmeras questões relacionadas ao status das Nações Unidas, seus bens e seus funcionários, em termos dos privilégios e imunidades que devem ser concedidos a eles por seus Estados-Membros.

“Convenção sobre os Direitos da Criança” significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, que define os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a que todas as crianças têm direito.

“Obras de Direitos Autorais” significa quaisquer obras de direitos autorais que façam parte dos Documentos da Contratada ou qualquer outra documentação que a Contratada seja obrigada a fornecer à Contratante ou ao Representante da Contratante nos termos do Contrato.

“**Custo**” significa todas as despesas diretas e razoáveis necessariamente incorridas em conexão com a execução das Obras pela Contratada, mas não inclui despesas gerais não específicas do Projeto, lucro ou perda de lucro.

“**País**” significa o país em que o Local (ou a maior parte dele) está localizado, onde as Obras Permanentes serão executadas.

“**Data de Conclusão**” significa a data indicada no Certificado de Aquisição emitido pelo Representante da Contratante como a data em que as Obras ou Seção são concluídas de acordo com o Contrato, exceto por qualquer trabalho pendente menor e/ou defeitos que não afetarão substancialmente o uso seguro das Obras ou Seção para a finalidade pretendida.

“**dia**” significa um dia de calendário, salvo disposição em contrário.

“**Horário de Trabalho Diurno**” significa o documento incluído no Anexo 4.1.B [*Horário de Trabalho Diurno*] (se houver), mostrando os valores e a forma de pagamentos a serem feitos à Contratada por mão-de-obra, materiais e equipamentos usados para trabalho diurno sob Subcláusula 9.4 [*Trabalho Diurno*].

“**Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**” refere-se à Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 18 de junho de 1998.

“**Prazo de Notificação de Defeitos**” ou “**PND**” significa o prazo para notificar defeitos nas Obras ou em uma Seção ou Peça (conforme o caso) nos termos da Subcláusula 8.1 [*Conclusão do Trabalho Pendente e Remediação de Defeitos*], conforme declarado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] conforme possa ser prorrogado nos termos do Contrato. Este prazo é calculado a partir da Data de Conclusão das Obras ou Seção ou Parte.

“**Indenização por Atraso**” significa os danos pelos quais a Contratada será responsável de acordo com a Subcláusula 6.5 [*Indenização por Atraso*] pelo não cumprimento da Subcláusula 6.2 [*Tempo para Conclusão*] e qualquer PDT aprovado.

“**Disputa**” significa qualquer questão em que:

- (a) uma Parte faz uma reclamação contra a outra Parte (que pode ser uma Reivindicação, conforme definido nestas Condições, ou uma questão a ser acordada ou determinada pelo Representante da Contratante sob estas Condições, ou de outra forma);
- (b) a outra Parte (ou o Representante da Contratante) rejeita a reivindicação no todo ou em parte; e
- (c) a questão é encaminhada para resolução de disputas de acordo com a Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].

“**Desenhos**” significa os desenhos dos Trabalhos incluídos no Anexo 3.3 [*Desenhos*] e quaisquer desenhos adicionais ou modificados emitidos pela (ou em nome da) Contratante de acordo com o Contrato.

“**Oito Convenções Fundamentais da OIT**” referem-se às convenções internacionais adotadas pela OIT, que são: a Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito de Organização, de 9 de julho de 1948, a Convenção sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, de 1 de julho de 1949, a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 30 de junho de 1930, e o seu Protocolo, de 11 de junho de 2014, a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 25 de junho de 1957, a Convenção sobre a Idade Mínima, de 26 de junho de 1973, a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 17 de junho de 1999, a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração, de 29 de junho de 1951 (nº 100), e Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), de 25 de junho de 1958.

“Contratante” significa a Parte nomeada como “Contratante” no Instrumento Contratual e os sucessores legais em título e/ou seus cessionários ou novatos de tal entidade.

“Documentos da Contratante” significa documentos, desenhos e esboços, mapas, planos, fotografias, especificações, cálculos, relatórios, software de computador, bancos de dados, manuais, documentos como construídos, modelos, trabalhos tridimensionais relativos à geografia ou topografia ou outros trabalhos de design técnico, documentos técnicos e quaisquer outros itens pertencentes ou licenciados à Contratante e fornecidos à Contratada por ou em nome da Contratante de acordo com o Contrato.

“Equipamento da Contratante” significa o aparelho, equipamento, maquinário, planta de construção e/ou veículos (se houver) a serem disponibilizados pela Contratante para o uso da Contratada na execução das Obras nos termos da Subcláusula 2.3 [*Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamento da Contratante e Instalações da Contratante*], mas não inclui a Planta que não foi assumida pela Contratante de acordo com a Cláusula 7 [*Adesão da Contratante*].

“Instalações da Contratante” significa as instalações, como edifícios, serviços públicos e instalações a serem disponibilizadas pela Contratante para uso pela Contratada nos termos da Subcláusula 2.3 [*Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamentos da Contratante e Instalações da Contratante*], mas não inclui as instalações que não foram assumidas de acordo com a Cláusula 7 [*Adesão da Contratante*].

“Pessoal da Contratante” significa o Representante da Contratante e os Assistentes do Representante da Contratante referidos na Subcláusula 3.1 [*Representante da Contratante*] e na Subcláusula 3.2 [*Assistente do Representante da Contratante*] e todos os respectivos funcionários, mão-de-obra e outros funcionários da Contratante; e qualquer outro pessoal notificado à Contratada, pela Contratante ou pelo Representante da Contratante, como Pessoal da Contratante.

“Representante da Contratante” significa a pessoa identificada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou conforme notificada pela Contratante à Contratada, que atua em nome da Contratante dentro da delegação de autoridade declarada no Anexo 3.8 [*Delegações da Contratante*].

“Assistente do Representante da Contratante” significa a(s) pessoa(s) nomeada(s) para auxiliar o Representante da Contratante, de acordo com a Subcláusula 3.2 [*Assistente do Representante da Contratante*], conforme notificado à Contratada pela Contratante ou pelo Representante da Contratante.

“Materiais Fornecidos pela Contratante” significa os materiais (se houver) a serem fornecidos pela Contratante à Contratada nos termos da Subcláusula 2.3 [*Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamentos da Contratante e Instalações da Contratante*].

“Prorrogação de Prazo” ou “PDP” significa uma prorrogação do Prazo para Conclusão das Obras ou uma Seção (conforme aplicável) nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prorrogação de Prazo*].

“Certificado de Conclusão Final” significa o certificado emitido pela Contratante nos termos da Subcláusula 8.3 [*Certificado de Conclusão Final*].

“Certificado de Pagamento Final” significa o certificado de pagamento nos termos da Subcláusula 10.9 [*Certificado de Pagamento Final*].

“Declaração Final” significa a Declaração definida na Subcláusula 10.7 [*Declaração Final*].

“Força Maior” significa um evento ou circunstância excepcional que ocorre após a Data de Vigência do Contrato:

- (a) que está além do controle da Parte;
- (b) que seja imprevisível e/ou tal Parte não poderia razoavelmente ter fornecido antes da Data de Vigência do Contrato;
- (c) que, tendo surgido, essa Parte não poderia razoavelmente evitar ou superar, e
- (d) que não seja substancialmente atribuível à outra Parte.

“Assembleia Geral” significa o principal órgão deliberativo, de formulação de políticas e representativo das Nações Unidas.

“Condições Gerais” significa este documento intitulado “Contrato de Construção para Pequenas Obras: Condições Gerais do Contrato”.

1.1.44 “Bens” significa Equipamentos, Materiais, Instalações e Obras Temporárias da Contratada, ou qualquer um deles, conforme apropriado.

“Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança” significa um Aviso a ser emitido de acordo com a Subcláusula 4.9 [*Saúde, Segurança e Socioambiental*].

“Plano de Gestão de Saúde e Segurança” significa o Plano de Gestão de Saúde e Segurança da Contratada (conforme possa ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) que é apresentado de acordo com a Subcláusula 4.9 [*Saúde, Segurança e Socioambiental*].

“Melhores Práticas da Indústria” significa as práticas que são geralmente envolvidas ou observadas pelas indústrias internacionais de construção com relação a obras de tamanho, tipo, natureza, escopo e complexidade semelhantes às Obras e que, com relação a qualquer objetivo, pode ser esperado, no exercício de julgamento razoável, que atinja esse objetivo de maneira consistente com as Leis aplicáveis, confiabilidade, segurança, proteção ambiental, economia e conveniência.

“Instrumento de Contrato” significa o documento intitulado “Contrato de Construção de Pequenas Obras: Instrumento de Contrato” assinado pelas Partes e que faz parte do Contrato.

“Direitos de Propriedade Intelectual” ou “DPI” significa todos os DPI conferidos por lei ou equidade e subsistentes em qualquer lugar do mundo, incluindo:

- (a) (i) direitos autorais e direitos conexos; (ii) invenções (incluindo patentes, patentes de inovação e modelos de utilidade); (iii) informações confidenciais, segredos comerciais, dados técnicos e know-how, sejam ou não confidenciais e em qualquer forma detidas, incluindo fórmulas, especificações de projeto, desenhos, dados, manuais e instruções; (iv) projetos; (v) marcas registradas, nome comercial, marcas de serviço e nomes de domínio; (vi) projetos de layout de circuito, direitos de topografia de semicondutores e direitos em bancos de dados, sejam ou não registrados, registráveis ou patenteáveis; (vii) fundo de comércio, direitos de sucessão; e/ou (viii) direitos de propriedade e quaisquer outros DPI, em cada caso, registrados ou não registrados;

- (b) Direitos morais e quaisquer direitos similares resultantes da atividade intelectual nos campos industrial, comercial, científico, literário ou artístico que subsistam agora ou no futuro;
- (c) quaisquer pedidos e o direito de solicitar o registro de qualquer um dos itens acima; e
- (d) qualquer informação ou aconselhamento que esteja sujeito a privilégio profissional legal.

“Certificado de Pagamento Provisório” ou “CPP” significa um certificado de pagamento emitido de acordo com a Subcláusula 10.4 [*Certificado de Pagamento Provisório*], exceto o Certificado de Pagamento Final e o certificado de pagamento para pagamento antecipado.

“Joint Venture” ou “JV” significa uma joint venture, associação, consórcio ou outro agrupamento não incorporado de duas (2) ou mais pessoas ou entidades, seja na forma de uma parceria ou de outra forma.

“Pessoal-Chave” significa o Pessoal da Contratada listado no Anexo 4.4 [*Pessoal Chave*] na capacidade e função nele identificadas ou suas substituições.

“Defeito Latente” significa qualquer defeito nas Obras atribuível a:

- (a) o projeto e/ou construção das Obras pelas quais a Contratada é responsável;
- (b) Planta, Materiais ou mão de obra que não estejam em conformidade com o Contrato; ou
- (c) falha da Contratada em cumprir qualquer outra obrigação nos termos do Contrato;

que um exame razoável pela Contratante antes do vencimento do último DNP não teria divulgado, e tal defeito resulta na impossibilidade de as Obras ou parte das Obras serem usadas para os fins a que se destinam pela Contratante, causa o colapso total ou parcial das Obras e/ou ameaça a estabilidade ou segurança das Obras.

“Período de Defeito Latente” significa o período conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], a partir da data indicada no Certificado de Conclusão Final.

“Leis” significa:

- (a) toda a legislação, incluindo decretos, resoluções, atos, estatutos, portarias, regras, regulamentos, diretivas e outras ordens, tratados, estatutos, códigos de prática e outras legislações subordinadas do País;
- (b) os requisitos, regras e regulamentos de qualquer Autoridade, incluindo legislação e regulamentos que abrangem o registro e licenciamento da Contratada necessários para a boa execução das Obras de acordo com o Contrato; e
- (c) as diretrizes do País e de todas as Autoridades relevantes, com as quais a Contratada é legalmente obrigada a cumprir.

“Lei Aplicável ao Contrato” significa a lei referida na Subcláusula 17.3

"Materiais" significa coisas de todos os tipos (exceto Instalação), seja no Local ou de outra forma alocadas ao Contrato e destinadas a formar ou fazer parte das Obras Permanentes, incluindo os materiais apenas de fornecimento (se houver) para ser fornecidos pela Contratada nos termos do Contrato.

"Estado-Membro" significa um governo de um país que é membro das Nações Unidas.

"Mês" é um mês do calendário (de acordo com o calendário gregoriano).

"Direitos Morais" significa qualquer um dos direitos descritos no Artigo 6bis da Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas de 1886 (conforme alterado e revisado de tempos em tempos), sendo "*droit mora*" ou outros direitos análogos decorrentes de qualquer lei, que existam ou que possam vir a existir, em qualquer lugar do mundo.

"Sem objeção" significa que a Contratante ou o Representante da Contratante não tem objeções às submissões da Contratada nos termos do Contrato.

"Subcontratada Nomeada" significa uma Subcontratada nomeada como tal no Anexo 3.6 [*Subcontratadas Nomeadas*] ou a quem a Contratante instrui a Contratada a empregar como subcontratada para executar certas partes das Obras, conforme especificado no Contrato.

"Notificação" significa uma comunicação por escrito identificada como uma Notificação e emitida de acordo com a Subcláusula 1.3 [*Avisos e outras comunicações*].

"Notificação de Reivindicação" significa uma Notificação a ser emitida de acordo com a Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*].

"Aviso para Corrigir" significa um Aviso a ser emitido sob e de acordo com a Subcláusula 11.1 [*Aviso para Corrigir*].

"Parte" significa uma parte das Obras ou parte de uma Seção (conforme o caso) que é usada pela Contratante e considerada como tendo sido assumida nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Aquisição*].

"Condições Particulares" significa o documento intitulado "Contrato de Construção para Pequenas Obras: Condições Particulares do Contrato" incluído no Contrato, se houver.

"Partes" significa a Contratante e a Contratada.

"Parte" significa a Contratante e a Contratada, conforme o contexto exigir.

"Garantia de Execução" significa a garantia (ou valores mobiliários) nos termos da Subcláusula 4.2 [*Garantia de Execução*].

"Obras Permanentes" significa as obras de natureza permanente que devem ser executadas pela Contratada nos termos do Contrato e a reparação de quaisquer defeitos nelas.

"Instalação" significa o aparelho, equipamento, maquinaria e veículos (incluindo quaisquer componentes) no Local ou de outra forma alocados no Contrato e destinados a formar ou fazer parte das Obras Permanentes.

“Programa” significa um programa de tempo totalmente detalhado, preparado e apresentado pela Contratada, e qualquer revisão desse Programa, ao qual o Representante da Contratante tenha dado (ou seja, considerado como tendo dado) um Aviso de Não Objeção nos termos da Subcláusula 6.3 [*Programa*].

“Materiais Proibidos” significa materiais, bens ou substâncias que:

- (a) representam um perigo para a saúde ou segurança de qualquer pessoa que possa entrar em contato com as Obras (seja durante sua construção ou após sua conclusão);
- (b) por si só ou como resultado de seu uso em uma situação particular ou em combinação com outros materiais, teriam ou é provável que tenham o efeito de reduzir a expectativa de vida normal de quaisquer outros materiais ou estrutura nos quais os Materiais estão incorporados ou aos quais estão afixados;
- (c) sejam ou se tornem geralmente conhecidos dentro das indústrias internacionais ou nacionais de construção ou engenharia por serem prejudiciais (seja para a saúde e segurança ou para a durabilidade das Obras);
- (d) infrinjam qualquer código de prática padrão relevante (ou similar) emitido de tempos em tempos por qualquer Autoridade relevante; ou
- (e) não estejam em conformidade com o Anexo 3.2 [*Especificações*] ou outro plano ou especificação para as Obras.

“Projeto” significa o projeto descrito no Anexo 2.1 [*Detalhes do Projeto*].

“Práticas proscritas” significa:

- (a) "prática de corrupção" é a oferta, doação, recebimento ou solicitação, direta ou indireta, de qualquer bem de valor para influenciar indevidamente as ações da outra parte;
- (b) "prática fraudulenta" é qualquer ato ou omissão, inclusive uma distorção, que consciente ou deliberadamente induza ou tente induzir, uma parte a obter um benefício financeiro ou outro benefício ou para evitar uma obrigação;
- (c) prática coercitiva: ato ou omissão que prejudique ou prejudique, ou ameace prejudicar ou prejudicar, direta ou indiretamente, qualquer parte ou a propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (d) prática colusiva: um acordo entre duas (2) ou mais partes, projetado para atingir um propósito impróprio, incluindo influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- (e) prática antiética: conduta ou comportamento contrário ao conflito de interesses, presentes e hospitalidade, disposições pós-emprego ou outros requisitos publicados de fazer negócios com a Contratante; e/ou
- (f) obstrução: atos ou omissões da Contratada que impeçam ou impeçam a Contratante de investigar instâncias de possíveis Práticas Proibidas.

“Soma Provisória” significa uma soma (se houver) que é especificada no Contrato pela Contratante como uma soma provisória, para a execução de qualquer parte das Obras ou para o fornecimento de Instalações, Materiais ou serviços nos termos dos Sub- Cláusula 13.4 [*Somas Provisórias*].

“Sistema de Gestão da Qualidade” ou “SGQ” significa o SGQ da Contratada (conforme possa ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) de acordo com a Subcláusula 4.10 [*Sistema de Gestão da Qualidade*].

“Dinheiro de Retenção” significa o dinheiro de retenção acumulado que a Contratante retém nos termos da Subcláusula 10.3 [*Declaração da Contratada*] e paga nos termos da Subcláusula 10.5 [*Liberção de Dinheiro de Retenção*].

“Revisão” significa a consideração do auxílio de exame pelo Engenheiro da apresentação de uma Contratada, a fim de avaliar se (e em que medida) está em conformidade com o Contrato e/ou com as obrigações da Contratada sob ou em conexão com o Contrato.

“Anexos” significa o documento intitulado “Contrato de Construção para Pequenas Obras: Anexos” preparado pela Contratante e preenchido pela Contratada e/ou Contratante (conforme apropriado), conforme incluído no Contrato. Tais Anexos podem incluir dados, listas e cronogramas de pagamentos, taxas e preços, detalhes do contrato, requisitos e formas de títulos.

“Seção” significa uma parte das Obras (se houver) especificada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].

“Representantes Seniores” significa o pessoal das Partes identificado como representantes seniores e notificado por escrito pelas Partes em caso de processo de resolução de disputas de acordo com a Subcláusula 17.2 [*Resolução Amigável*].

“Local” significa os locais onde as Obras Temporárias e Obras Permanentes devem ser executadas e para os quais a Planta e os Materiais devem ser entregues e armazenados conforme mostrado no Anexo 2.2 [*Plano do Local*], e quaisquer locais onde as atividades associadas às Obras são realizadas, ou quaisquer outros locais especificados no Contrato como parte do Local.

“Condições do Local” significa quaisquer condições relacionadas ao Local, incluindo:

- (a) a forma e a natureza do Local, incluindo condições de superfície do solo, geologia e condições de subsuperfície e todas as outras condições e características físicas sobre, acima ou abaixo da superfície, que afetarão o desempenho pela Contratada de suas obrigações nos termos deste Contrato;
- (b) as condições gerais e locais do ambiente, meteorológicas, sísmicas, hidrológicas, hidrográficas, climáticas, oceânicas e subaquáticas;
- (c) a extensão e a natureza do trabalho e dos Bens necessários para a execução das Obras e a reparação de quaisquer defeitos;
- (d) as Leis, procedimentos e práticas trabalhistas do País; e
- (e) a disponibilidade e qualidade de acesso permanente e temporário, acomodação, instalações, pessoal, mão de obra, energia, transporte, água, descarte de resíduos, armazenamento de Materiais e todos os outros serviços e utilidades necessários para a execução das Obras de acordo com o Contrato.

“Plano de Gestão de Saúde e Segurança” significa o Plano de Gestão de Saúde e Segurança da Contratada (conforme possa ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) que é apresentado de acordo com a Subcláusula 4.9 [*Saúde, Segurança e Socioambiental*].

“Especificação” significa os requisitos ou documentos listados no Anexo 3.2 [*Especificações*] e quaisquer adições e modificações feitas à Especificação pela Contratante de acordo com o Contrato.

“Declaração” significa uma declaração apresentada pela Contratada como parte de um pedido de pagamento nos termos da Subcláusula 10.3 [*Declaração da Contratada*], Subcláusula 10.6 [*Declaração na Aquisição*] ou Subcláusula 10.7 [*Declaração Final*].

“Declaração na Aquisição” significa uma declaração apresentada pela Contratada nos termos da Subcláusula 10.6 [*Declaração na Aquisição*].

“Subcontratada” significa qualquer pessoa ou entidade nomeada no Contrato como subcontratada, ou qualquer pessoa ou entidade nomeada pela Contratada e consentida pela Contratante nos termos da Subcláusula 4.4 [*Subcontratada*] como Subcontratada ou projetista ou fornecedor de Materiais, Planta e/ou mão de obra para uma parte das Obras, e os sucessores legais em título de cada uma dessas pessoas ou entidades.

“Certificado de Aquisição” significa um certificado emitido pelo Representante da Contratante de acordo com a Subcláusula 7.2 [*Certificado de Aquisição*].

Obras Temporárias significa todas as obras temporárias de todo tipo (exceto Equipamento da Contratada) necessárias no Local para a execução e conclusão das Obras Permanentes e a correção de Defeitos.

“Proposta” significa a proposta da Contratada para as Obras e com base na qual as Partes celebraram este Contrato.

“Prazo para Conclusão” significa o prazo para concluir as Obras ou uma Seção (conforme o caso) nos termos da Subcláusula 6.2 [*Prazo para Conclusão*], conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou conforme prorrogado na Subcláusula 6.4 [*Prorrogação do Prazo*], calculado a partir da Data de Início.

“Imprevisível” significa não razoavelmente previsível até a Data Base, por um contratado experiente e competente agindo de acordo com as Melhores Práticas do Setor.

“Variação” significa qualquer alteração nas Obras, que é instruída como uma variação nos termos da Subcláusula 9.1 [*Direito de Variar*].

1.1.26 “Aviso de Variação” significa uma comunicação por escrito identificada como um Aviso de Variação e emitido de acordo com as disposições da Cláusula 1.3 [*Avisos e outras Comunicações*].

“Obras” significa as Obras Permanentes e as Obras Temporárias, ou qualquer uma delas, conforme apropriado.

“Ano” significa um ano civil.

1.2 Interpretação

- (a) No Contrato, exceto quando o contexto exigir o contrário:
 - (i) palavras que indicam um (1) gênero incluem todos os gêneros;
 - (ii) palavras indicando o singular também incluem o plural e palavras indicando o plural também incluem o singular;
 - (iii) referências à palavra "incluindo" (ou "inclui") significa incluindo, mas não limitantes;
 - (iv) quando uma expressão é definida, outra parte da fala ou forma gramatical dessa expressão tem o significado correspondente;
 - (v) as referências a um número de dias ou a um período de tempo a contar de uma determinada data são calculadas com exclusão dessa data;
 - (vi) "consentimento" significa que a Contratante, a Contratada ou o Engenheiro (conforme o caso) concorda ou dá permissão para o assunto solicitado;
 - (vii) "pode" significa que a Parte ou a pessoa referida tem a opção de agir ou não no assunto referido;
 - (viii) "deverá" significa que a Parte ou pessoa referida tem a obrigação, nos termos do Contrato, de cumprir a função referida;
 - (ix) as palavras que indicam pessoas ou partes devem ser interpretadas como referindo-se a pessoas singulares e coletivas (incluindo sociedades e entidades jurídicas), exceto quando o contexto exigir o contrário;
 - (x) "executar as Obras", "executando as Obras" ou "execução das Obras" significa, entre outros, a construção e conclusão das Obras e a correção de quaisquer defeitos (e será considerado como incluindo o projeto na medida, se houver, especificada no Contrato);
 - (xi) as disposições que incluem a palavra "acordar", "acordado" ou "acordo" exigem que o acordo seja registrado por escrito;
 - (xii) "escrito" ou "por escrito" significa escrito à mão, datilografado, impresso ou feito eletronicamente e resultando em um registro permanente; e
 - (xiii) uma referência a quaisquer Leis, legislação ou disposição legislativa inclui qualquer modificação estatutária ou re-promulgação de, ou disposições legislativas substituídas por, e qualquer legislação subordinada emitida sob essa legislação ou disposição legislativa.
- (b) Em qualquer lista destas Condições, onde o penúltimo item da lista é seguido por "e", "ou" ou "e/ou", então, todos os itens da lista anteriores a este item também devem ser lidos como se fossem seguidos de "e", "ou" ou "e/ou" (conforme o caso).
- (c) As palavras marginais e outros títulos não devem ser levados em consideração na interpretação destas Condições Gerais.

- (d) Todas as datas e períodos serão determinados de acordo com o calendário gregoriano.
- (e) Quando forem feitas referências no Contrato a códigos e padrões industriais ou técnicos de acordo com os quais as Obras serão executadas, aplica-se a edição ou a versão revisada de tais códigos e padrões atuais na Data Base, a menos que especificado de outra forma.

1.3 Avisos e outras Comunicações

- (a) Onde quer que estas Condições prevejam a entrega ou emissão de um Aviso, um Aviso de Alteração ou outra forma de comunicação, incluindo, sem limitação, aprovações, consentimentos, Não-objeções, instruções e decisões, então tal Aviso, Aviso de Alteração ou comunicação será:
 - (i) por escrito;
 - (ii) identificado como tal com referência à Cláusula ou Subcláusula sob a qual é emitido;
 - (iii) marcado ao conhecimento do representante relevante das Partes, conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*]; e
 - entregue no endereço estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*]; ou
 - enviado ou transmitido como um documento, assinado, digitalizado e anexado em um e-mail para o endereço de e-mail estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou transmitido por qualquer forma de sistema acordado de transmissão eletrônica indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].
- (b) Se uma Parte tiver notificado por escrito uma mudança de endereço ou endereço de e-mail, a comunicação será posteriormente entregue no endereço de e-mail alterado ou no endereço alterado em conformidade.
- (c) Os avisos e outras formas de comunicação entrarão em vigor a partir do momento em que forem recebidos, a menos que um horário posterior seja especificado neles.
- (d) As notificações e outras formas de comunicação são consideradas recebidas:
 - (i) no caso de uma entrega, quando entregue no endereço relevante (contra recibo por escrito); e
 - (ii) no caso de um documento anexado a um e-mail, após o recebimento do e-mail na caixa de entrada do endereço do destinatário, desde que nenhuma notificação de não entrega tenha sido recebida pelo remetente.
- (e) Para evitar dúvidas, qualquer Notificação ou outra forma de comunicação não será considerada como tendo sido dada ou feita nos termos do Contrato se for um e-mail, exceto como um documento anexo de acordo com a Subcláusula 1.3 (a) (iii) ou na forma de ata de reunião.
- (f) Os avisos e outras formas de comunicação não devem ser retidos ou atrasados injustificadamente.

1.4 Idioma

- (a) O idioma para comunicações será o inglês, o idioma destas Condições, que é o idioma dominante do Contrato.
- (b) A menos que especificado de outra forma nas Condições Particulares, os Documentos da Contratada devem ser escritos em inglês.

1.5 Prioridade de Documentos

- (a) Os documentos que constituem o Contrato devem ser tomados como mutuamente explicativos um do outro e devem ser lidos como um todo. Havendo algum conflito, ambiguidade ou discrepância, a prioridade dos documentos deve estar de acordo com a seguinte sequência:
 - (i) o Termo de Acordo;
 - (ii) o Anexo 1 [*Detalhes do contrato*];
 - (iii) as Condições Particulares (se houver);
 - (iv) estas Condições Gerais;
 - (v) a Especificação;
 - (vi) os Desenhos;
 - (vii) o Mapa de Quantidades (conforme aplicável);
 - (viii) os demais Anexos; e
 - (ix) quaisquer outros documentos que façam parte do Contrato.
- (b) Se a Contratada encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos documentos que constituem o Contrato, a Contratada deverá notificar imediatamente o Representante da Contratante, descrevendo a ambiguidade, conflito ou discrepância. Depois de receber tal Notificação, ou se a própria Contratante encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos ou entre os documentos, o Representante da Contratante emitirá os esclarecimentos ou instruções necessárias.

1.6 Cumprimento com as Leis

- (a) A Contratada compromete-se a, ao executar as Obras e cumprir todas as suas obrigações nos termos do Contrato, cumprir todas as Leis aplicáveis e que os Documentos da Contratada e as Obras concluídas cumpram todas as Leis e/ou na medida exigida pelo Contrato.
- (b) A Contratada deverá obter e cumprir todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações relevantes necessárias para realizar as Obras de acordo com o Contrato.
- (c) A Contratada deverá, a seu custo, em todos os momentos durante a execução das Obras, garantir que qualquer Pessoal da Contratada que execute qualquer parte das Obras seja registrado e licenciado conforme exigido por quaisquer Leis aplicáveis e qualquer Autoridade para executar as Obras.

- (d) A Contratada deverá dar todas as notificações, pagar todos os impostos, direitos e taxas, conforme exigido pelas Leis em relação à execução das Obras.
- (e) Em conexão com o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato, a Contratada reconhece que as leis e regulamentos aduaneiros e de importação do País se aplicam ao fornecimento e remessas de quaisquer produtos e componentes deles para o País. A Contratada reconhece especificamente que as mencionadas Leis e regulamentos de importação e alfândega do País proíbem, entre outras coisas, a importação de certos produtos e componentes para o País.
- (f) Para evitar qualquer dúvida, embora a Contratada forneça as Obras de acordo com quaisquer Leis aplicáveis, a Lei Aplicável ao Contrato será a lei declarada na Subcláusula 17.3 (j) [*Arbitragem*].

1.7 Cessão ou Novação

- (a) A Contratada reconhece e concorda que a Contratante pode, a seu exclusivo critério, novar, ceder, transferir e/ou cobrar o benefício do Contrato e/ou qualquer um dos seus direitos e responsabilidades presentes ou futuros, interesses e/ou benefícios nos termos deste instrumento a terceiros mediante Notificação à Contratada.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que, se exigido pela Contratante, tomará todas as medidas adicionais necessárias para dar efeito à novação ou cessões, transferência ou cobrança na Subcláusula 1.7 (a), incluindo a execução de uma novação ou um ou mais contrato(s) de cessão.
- (c) A Contratada não terá direito, sem o consentimento prévio por escrito da Contratante, a novar ou ceder a terceiros o seu interesse nos termos do Contrato ou qualquer direito ou benefício, decorrente do Contrato.

1.8 Desenhos ou instruções atrasadas

- (a) A Contratada deverá notificar o Representante da Contratante sempre que as Obras possam ser atrasadas ou interrompidas se qualquer Desenho ou instrução necessária não for emitido para a Contratada dentro de um determinado prazo, o que será razoável.
- (b) O Aviso deve incluir detalhes do Desenho ou instrução necessária, detalhes de por que e quando deve ser emitido e detalhes da natureza e quantidade do atraso ou interrupção provavelmente sofrida se os Desenhos ou instruções forem atrasados ou entregues com atraso.

1.9 Confidencialidade

- (a) Sujeito à Subcláusula 1.9 (b) a (e), as Partes devem manter a confidencialidade e não devem, sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte, divulgar a terceiros os termos e condições do Contrato ou quaisquer documentos ou outras informações fornecidas direta ou indiretamente por qualquer uma das Partes em conexão com o Contrato ou as Obras, independentemente de tais informações terem sido fornecidas antes da Data de Vigência do Contrato ou a qualquer momento (incluindo após a rescisão do Contrato).

- (b) Qualquer uma das Partes poderá divulgar os termos e condições do Contrato e quaisquer documentos e outras informações adquiridas por ela sob ou de acordo com o Contrato sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte se tal divulgação for feita de boa-fé:
 - (i) na medida exigida pelas Leis aplicáveis;
 - (ii) a qualquer seguradora sob uma apólice de seguro emitida de acordo com o Contrato;
 - (iii) aos seus órgãos internos, incluindo os seus empregados, e à Assembleia Geral no caso da Contratante;
 - (iv) a qualquer Subcontratada para a promoção do cumprimento das obrigações dessa Parte nos termos do Contrato;
 - (v) a consultores externos ou consultores contratados por ou em nome da Parte divulgadora e agindo nessa qualidade em conexão com os Trabalhos (incluindo consultores de seguros, fiscais e jurídicos); ou
 - (vi) às autoridades competentes dos Estados-Membros, de acordo com as obrigações da Contratante nos termos da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.
- (c) Quando a divulgação pela Contratada for exigida pelas Leis aplicáveis de acordo com a Subcláusula 1.9 (b) (i), a Contratada deverá consultar a Contratante sobre os privilégios e imunidades das Nações Unidas e compartilhar com a Contratante os termos e condições, documentos e/ou informações a serem divulgados antes de fazer tal divulgação.
- (d) As obrigações de uma Parte nos termos desta Subcláusula 1.9 não se aplicam a informações e documentos que:
 - (i) agora ou no futuro entraram em domínio público sem culpa da Parte divulgadora; ou
 - (ii) caso contrário, legalmente tornar-se disponível para a Parte divulgadora de um terceiro sob nenhuma obrigação de confidencialidade.
- (e) A obrigação sob esta Subcláusula 1.9 sobreviverá à conclusão, expiração ou rescisão do Contrato.

1.10 Propriedade e licença para usar os Documentos da Contratante e da Contratada

- (a) Todos os Documentos da Contratante permanecerão propriedade da Contratante e serão devolvidos à Contratante antes da emissão do Certificado de Conclusão Final. A Contratada concorda que não adquirirá quaisquer direitos nos Documentos da Contratante, quer ao abrigo deste Contrato ou de outra forma, e não utilizará ou divulgará os Documentos da Contratante, exceto para o único e exclusivo propósito do cumprimento das suas obrigações ao abrigo ou em conexão com este Contrato.

- (b) A Contratada cede à Contratante absolutamente todos os direitos, títulos e interesses da Contratada, incluindo todos os DPI, nos Documentos da Contratada e qualquer outra documentação que a Contratada crie e seja obrigada a fornecer à Contratante ou ao Representante da Contratante nos termos do Contrato, mediante a apresentação dos Documentos da Contratada ao Representante da Contratante.
- (c) A Contratada concorda em fazer tudo o que for necessário ou solicitado pela Contratante para permitir que a Contratante seja proprietária dos DPI nos Documentos da Contratada, incluindo a cessão formal desses direitos ou ajudar a Contratante ou o seu nomeado a obter o registo desses direitos em seu próprio nome.
- (d) A Contratada concorda em fazer tudo o que for necessário ou solicitado pela Contratante para permitir que a Contratante utilize os Documentos da Contratada e os DPI nos Documentos da Contratada, incluindo, concessão ou aquisição em nome da Contratante, uma licença perpétua, irrestrita, não exclusiva, irrevogável, transferível e isenta de royalties para a Contratante utilizar todos os DPI nos Documentos da Contratada, em termos aceitáveis para a Contratante, de todas as outras partes contribuintes no cumprimento das obrigações da Contratada nos termos deste Contrato com direitos, título e interesse em quaisquer documentos ou outros Trabalhos de Direitos Autorais que formem os Documentos da Contratada.
- (e) A Contratada garante que o uso dos Documentos da Contratada pela Contratante em conexão com o Projeto e as Obras ou de outra forma não infringirá quaisquer direitos, incluindo os DPI, de terceiros.
- (f) A Contratada deverá obter a cessão de todos os direitos, títulos e interesses em quaisquer documentos e outras Obras de Direitos Autorais criadas por Subcontratada ou outras partes contribuintes no cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato dessas pessoas para a Contratante.
- (g) A Contratada concede à Contratante uma licença perpétua, não exclusiva, licença intransferível, isenta de royalties e irrevogável para usar, reproduzir, modificar e adaptar os Direitos de Propriedade Intelectual Antecedentes da Contratada para os fins do Contrato.
- (h) Em caso de rescisão do Contrato, a Contratante tem o direito de receber a licença para utilizar para efeitos de conclusão das Obras e/ou providenciar para que quaisquer outras entidades o façam ou recebam os DPI pelos quais a Contratada recebeu o pagamento.
- (i) A Contratada deverá obter, a seu próprio custo e risco, de cada Autor, um acordo expresso de que o Autor não aplicará quaisquer Direitos Morais que o Autor possa ter atualmente ou no futuro nos Documentos da Contratada, inclusive executando quaisquer consentimentos ou renúncias aos Direitos Morais exigidos pela Contratante.
- (j) Esta Subcláusula 1.10 sobreviverá à rescisão do Contrato.

1.11 Responsabilidade conjunta e solidária

- (a) Se a Contratada for uma JV:
 - (i) os membros da JV serão considerados solidariamente responsáveis perante a Contratante pelas Obras e pelo cumprimento de todas as obrigações da Contratada nos termos do Contrato ou falha em relação às mesmas. As ações de um (1) desses membros serão consideradas totalmente vinculativas para os outros;
 - (ii) a Contratada não deve alterar a sua composição ou estatuto legal sem o consentimento prévio por escrito da Contratante.

1.12 Acordo Integral e Alteração

- (a) O Contrato constitui o acordo integral entre a Contratante e a Contratada com relação ao objeto do Contrato e substitui todos os acordos, representações, comunicações, negociações, acordos e contratos anteriores (escritos ou orais) celebrados entre as Partes com relação ao objeto do Contrato antes da Data de Vigência do Contrato.
- (b) O Contrato ou aspectos do Contrato não serão alterados, exceto por escrito, assinado por um representante devidamente autorizado de cada uma das Partes.

1.13 Publicidade e uso do nome ou logo da Contratante e das Nações Unidas

- (a) A Contratada não deverá:
 - (i) anunciar ou de outra forma tornar público para fins de vantagem comercial ou boa vontade que tem uma relação contratual com a Contratante ou as Nações Unidas; ou
 - (ii) de qualquer maneira fazer uso do nome, logo ou selo oficial da Contratante ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da Contratante ou das Nações Unidas em conexão com seus negócios ou de outra forma sem a permissão por escrito da Contratante.
- (b) A Contratada pode usar material e informações relativas às Obras para fins de licitação com o consentimento prévio por escrito da Contratante.
- (c) A obrigação sob esta Subcláusula 1.9 sobreviverá à conclusão, expiração ou rescisão do Contrato.

1.14 Privilégios e Imunidades

- (a) Nada no Contrato ou relacionado a ele será considerado uma renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários, dos quais a Contratante é parte integrante, que são expressamente reservados.

1.15 Tributos e obrigações

- (a) O Artigo II, Seção 7, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas estabelece, entre outros, que as Nações Unidas, incluindo a Contratante como órgão subsidiário, estão isentas de todos os tributos diretos, exceto os encargos por serviços de utilidade pública, e estão isentas de restrições alfandegárias, direitos e encargos de natureza semelhante em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. No caso de qualquer Autoridade governamental se recusar a reconhecer as isenções da Contratante de tais tributos, restrições, direitos ou encargos, a Contratada deverá consultar imediatamente a Contratante para determinar um procedimento mutuamente aceitável.
- (b) A Contratada autoriza a Contratante a deduzir do pagamento da Contratada qualquer montante que represente esses tributos, direitos ou encargos, a menos que a Contratada tenha consultado a Contratante antes do seu pagamento e a Contratante tenha, em cada caso, especificamente autorizado a Contratada a pagar esses tributos, direitos ou encargos sob protesto escrito. Nesse caso, a Contratada fornecerá à Contratante provas escritas de que o pagamento de tais tributos, direitos ou encargos foi feito e devidamente autorizado, e a Contratante poderá reembolsar a Contratada por quaisquer tributos, direitos ou encargos assim autorizados pela Contratante e pagos pela Contratada sob protesto por escrito.

2 A CONTRATANTE

2.1 Direito de Acesso ao Local

- (a) A Contratante concederá à Contratada o direito de acesso e posse não exclusiva dessas partes do Local dentro do tempo (ou tempos) estabelecido no Anexo 2.2 [*Plano do Local*] e sujeito a quaisquer restrições de acesso por etapas ou compartilhadas, conforme especificado no Anexo 2.2 [*Plano do Local*].

2.2 Assistência

- (a) Se solicitado pela Contratada, a Contratante deverá (quando estiver em condições de o fazer) prestar prontamente assistência razoável à Contratada no pedido de quaisquer autorizações, licenças ou aprovações exigidas pelas Leis:
 - (i) que a Contratante é obrigada a obter nos termos da Subcláusula 1.6 [*Conformidade com as Leis*];
 - (ii) para a entrega de Mercadorias, incluindo liberação alfandegária; e/ou
 - (iii) para a exportação do Equipamento da Contratada quando ele for removido do Local, se aplicável.

2.3 Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamentos da Contratante e Instalações da Contratante

- (a) Se os Materiais Fornecidos pela Contratante e/ou Equipamentos da Contratante e/ou Instalações da Contratante estiverem listados na Especificação para uso da Contratada na execução das Obras, a Contratante deverá disponibilizar tais materiais, equipamentos e/ou instalações à Contratada de acordo com os detalhes, cronogramas, arranjos, taxas e preços estabelecidos no Contrato, se houver.
- (b) A Contratada será responsável por cada item do Equipamento da Contratante e/ou Instalações da Contratante e/ou Materiais Fornecidos pela Contratante enquanto estiver em uso, ocupação ou na posse deles.

2.4 Instruções da Contratante

- (a) A Contratante e o Representante da Contratante ou o Assistente do Representante da Contratante podem emitir à Contratada (a qualquer momento) instruções e Desenhos adicionais ou modificados que possam ser necessários para a execução das Obras de acordo com o Contrato. A Contratada só deve receber instruções da Contratante e da Contratada ou do Assistente do Representante da Contratada a quem a autoridade apropriada para dar instruções tenha sido delegada ao abrigo do Contrato.
- (b) A Contratada deve cumprir as instruções dadas pela Contratante e pelo Representante da Contratante (e pelo Assistente do Representante da Contratante), com a devida rapidez e sem demora.
- (c) Se a instrução declarar que constitui uma Variação, a Subcláusula 9.1

[Direito de Variar] será aplicada.

3 REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

3.1 Representante da Contratante

- (a) A Contratante nomeará o Representante da Contratante, que desempenhará as funções atribuídas no Contrato, e exercerá a autoridade delegada pela Contratante. O Representante da Contratante será considerado como agindo em nome da Contratante nos termos do Contrato.
- (b) As funções e autoridades delegadas do Representante da Contratante são conforme expressas no Contrato e/ou especificadas no Anexo 3.8 [*Delegações da Contratante*]. Não obstante as autoridades delegadas ao Representante da Contratante, a Contratante ainda exercerá sua plena autoridade nos termos do Contrato.
- (c) O Representante da Contratante não terá autoridade para alterar o Contrato, isentar ou renunciar a qualquer dever, obrigação ou responsabilidade da Contratada nos termos ou em conexão com o Contrato.

3.2 Assistentes do Representante da Contratante

- (a) A Contratante ou o Representante da Contratante pode, de tempos em tempos, atribuir deveres e delegar autoridade aos Assistentes do Representante da Contratante, e pode revogar tal atribuição ou delegação, dando um Aviso à Contratada, descrevendo os deveres atribuídos e a autoridade delegada dos Assistentes do Representante da Contratante.
- (b) O Representante da Contratante não terá autoridade para alterar o Contrato, isentar ou renunciar a qualquer dever, obrigação ou responsabilidade da Contratada nos termos ou em conexão com o Contrato.

3.3 Instruções e Aprovações

- (a) Nenhuma aprovação, comentário, consentimento, não-objeção, revisão ou ato semelhante (incluindo a ausência de desaprovação, comentário ou Revisão) por ou em nome da Contratante, do Representante da Contratante ou do Assistente do Representante da Contratante isentará a Contratada de qualquer uma de suas garantias, obrigações ou responsabilidades nos termos ou em conexão com o Contrato.

4 A CONTRATADA

4.1 Obrigações Gerais da Contratada

- (a) A Contratada deverá projetar (na medida especificada no Contrato) e executar as Obras:
 - (i) adequadamente e de acordo com o Contrato e todas as Leis aplicáveis;
 - (ii) exercer o padrão de habilidade, cuidado e diligência razoavelmente esperado de uma Contratada devidamente qualificado com experiência na realização de tal trabalho para projetos de tipo, natureza e complexidade semelhantes às Obras;
 - (iii) agindo de acordo com as Melhores Práticas do Setor;
 - (iv) com instalações devidamente equipadas e novas, de boa qualidade e Materiais e instalações não perigosos, e onde as qualidades de materiais, instalações e mão de obra não forem especificadas, elas devem ser adequadas para os fins a que se destinam;
 - (v) em conformidade com quaisquer requisitos em relação ao acesso; e
 - (vi) de forma a garantir que a operação comercial plena, eficiente, econômica e segura das Obras seja concluída com a interrupção mínima para manutenção ou reparo.
- (b) A Contratada fornecerá a Instalação (e peças sobressalentes, se houver) e os Documentos da Contratada especificados nos Requisitos da Contratada, e todo o Pessoal, Bens, consumíveis e outras coisas e serviços do Contratado, sejam de natureza temporária ou permanente, necessários para cumprir as exigências da Contratada obrigações decorrentes do Contrato.
- (c) Todos os Materiais e Instalações aprovados no Local destinados a serem incorporados como parte das Obras Permanentes são considerados propriedade da Contratante.
- (d) A Contratada será responsável por todos os aspectos da gestão e superintendência do Local, pela adequação, estabilidade e segurança de todas as operações do Local e de todos os métodos de construção. Exceto na medida especificada no Contrato, a Contratada será responsável por todos os Documentos da Contratada, Obras Temporários e pelo design de cada item da Planta e Materiais, conforme necessário para que o item esteja de acordo com o Contrato.
- (e) A Contratada deverá, de uma forma aceitável para o Representante da Contratante, fornecer mensalmente ao Representante da Contratante, ou mais frequentemente a pedido do Representante da Contratante, relatórios de progresso em relação às Obras e quaisquer aspectos de saúde, segurança, sociais e ambientais relacionados com as Obras. Os relatórios devem cumprir todos os requisitos estabelecidos no Anexo 3.7 [*Requisitos de Relatório*].
- (f) Se a Especificação declarar que registros executados e/ou manuais de operação e manutenção se aplicam, a Contratada deverá enviar ao Representante da Contratante tais registros executados e/ou manuais de operação e manutenção de acordo com a Especificação e com detalhes suficientes para a Contratante deve operar, manter, desmontar, remontar, ajustar e reparar esta Seção ou parte das Obras.

- (g) A Contratada também deve realizar treinamento para o Pessoal da Entidade Contratante e/ou outro pessoal identificado na operação e manutenção de partes relevantes das Obras (se aplicável), conforme indicado no Anexo 3.2.G [*Requisitos de Treinamento*].
- (h) A Contratada garante que, ao executar o projeto (na medida exigida pelo Contrato) e executar as Obras, não especificou e não especificará para uso ou permitirá o uso de quaisquer materiais que, no momento em que as Obras estão sendo realizadas, são geralmente aceitos ou razoavelmente suspeitos de serem Materiais Proibidos e, quando solicitado, emitirá à Contratante e às pessoas que a Contratante possa exigir um certificado confirmando que nenhum desses materiais foi especificado para uso ou permitido para ser usado.

4.2 Garantia de Execução

- (a) A Contratada deverá obter (às custas da Contratada) uma Garantia de Execução incondicional e irrevogável para garantir o desempenho adequado da Contratada das obrigações nos termos do Contrato, pelo valor e moeda especificados no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].
- (b) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratada deverá apresentar a Garantia de Execução à Contratante no prazo de catorze (14) dias após a Data de Vigência do Contrato. A Garantia de Execução deve ser emitida por um banco ou instituição financeira líder e credenciada aprovada pela Contratante e deve ser baseada nos termos e na forma estabelecida no Anexo 5.2 [*Formulário para Garantia de Execução*].
- (c) A Contratada deverá garantir que a Garantia de Execução permaneça válida e exequível até a emissão do Certificado de Conclusão Final ou, se surgir uma disputa nos termos do Contrato, após a determinação final dessa disputa, o que ocorrer mais tarde.
- (d) Se a Contratada for uma subsidiária de outra corporação, a Contratada deverá, se solicitado pela Contratante a seu exclusivo critério, providenciar para que sua controladora final ou qualquer outra controladora (conforme a Contratante possa aprovar a seu exclusivo critério) forneça uma garantia da controladora em um formato aprovado.
- (e) Apesar de qualquer outra disposição do Contrato, o fornecimento e manutenção da Garantia de Execução será às custas em todos os aspectos da Contratada e é uma condição precedente ao direito da Contratada de receber qualquer pagamento da Contratante nos termos do Contrato, exceto pagamento antecipado nos termos da Subcláusula 10.2 [*Pagamento Antecipado*], e nenhum pagamento (exceto pagamento antecipado) será devido ou a pagar até a Subcláusula 4.2 estar satisfeita.

4.3 Representante da Contratada

- (a) O Representante da Contratada é nomeado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].
- (b) A Contratada notificará a Contratante da extensão de toda a autoridade delegada ao Representante da Contratada necessária para agir por e em nome da Contratada nos termos do Contrato. A Contratada é responsável por todos os atos e omissões do Representante da Contratada.

- (c) A Contratada não deve, sem o consentimento prévio do Representante da Contratante, revogar a nomeação do Representante da Contratada ou nomear um substituto. Uma vez que o Representante da Contratante dê o seu consentimento, a Contratada deverá apresentar ao Representante da Contratante para aprovação o nome e os detalhes da pessoa que a Contratada propõe substituir o Representante da Contratada.
- (d) O Representante da Contratada deve ser qualificado, experiente e competente na principal disciplina de engenharia aplicável às Obras e fluente no idioma para comunicações definidas na Subcláusula 1.4 [Lei e *Idioma*].
- (e) O Representante da Contratada deverá permanecer no Local durante todo o tempo em que as Obras estiverem sendo executadas no Local.

4.4 Subcontratadas

- (a) A Contratada não deve subcontratar a totalidade das Obras.
- (b) A Contratada não subcontratará qualquer parte das Obras, incluindo o fornecimento de Materiais, Instalações e mão-de-obra, sem o consentimento prévio por escrito da Contratante.
- (c) Para fins de obtenção do consentimento prévio por escrito da Contratante, a Contratada deverá notificar o Representante da Contratante pelo menos vinte e oito (28) dias antes da nomeação pretendida de uma Subcontratada e fornecer detalhes minudenciados da(s) Subcontratada(s) proposta(s) para demonstrar que:
 - (i) a(s) Subcontratada(s) cumprem os requisitos de elegibilidade da Contratante; e
 - (ii) tem a experiência e capacidade relevantes para executar as partes subempreitadas das Obras e/ou fornecimento de Materiais e/ou Planta.
- (d) O consentimento da Contratante não será necessário quando a(s) Subcontratada (s) forem identificados na Proposta da Contratada, aceites pela Contratante e incorporados no Contrato, ou estiverem incluídos em qualquer um dos documentos que constituem o Contrato, ou forem Subcontratadas Nomeadas.
- (e) A Contratada não deve rescindir a subempreitada sem notificar previamente a Contratante da intenção de rescindir a subcontratada com informações sobre os motivos da rescisão.
- (f) A Contratada deverá envidar esforços razoáveis para empregar Subcontratadas locais no País.
- (g) A Contratante pode nomear a(s) Subcontratada(s) Nomeada(s) no Contrato e pode instruir a Contratada a adquirir e empregar a(s) Subcontratada(s) Nomeada(s) para obras a serem executadas, ou instalações, materiais ou serviços a serem fornecidos.
- (h) A Contratada não terá nenhuma obrigação de empregar uma Subcontratada nomeada a quem a Contratante instrui e contra o qual a Contratada levanta objeções razoáveis, dando uma Notificação à Contratante, com detalhes de apoio detalhados, no mais tardar 14 dias

após o recebimento das instruções da Contratante.

- (i) A Contratada será responsável pela obra de todas as Subcontratadas, pela gestão e coordenação de todas as obras das Subcontratadas e pelos atos ou inadimplências de qualquer Subcontratada, agentes ou funcionários da Subcontratada, como se fossem atos ou inadimplências da Contratada.

4.5 Pessoal da Contratada

- (a) O Pessoal da Contratada (incluindo o Pessoal-Chave) deve ser adequadamente qualificado, qualificado e experiente em seus respectivos negócios ou ocupações.
- (b) A Contratada não deve recrutar ou tentar recrutar pessoal e mão-de-obra entre o Pessoal da Contratante (e seus respectivos trabalhadores, funcionários e agentes).
- (c) A Contratante pode exigir que a Contratada remova (ou faça com que seja removida) qualquer pessoa empregada pela Contratada ou suas Subcontratadas no Local ou nas Obras, incluindo o Representante da Contratada e o Pessoal Chave que, na opinião da Contratante ou do Representante da Contratante:
 - (i) persiste em qualquer má conduta ou falta de cuidado;
 - (ii) é incompetente ou negligente em suas funções;
 - (iii) não se adeque a quaisquer disposições do Contrato;
 - (iv) persistir em qualquer conduta prejudicial à saúde, à segurança e/ou à proteção do meio ambiente;
 - (v) for considerado, com base em evidências razoáveis, ter se envolvido em Práticas Proscritas; e/ou
 - (vi) foi recrutado do Pessoal da Contratante em violação da Subcláusula 4.5 (b).
- (d) Quando a Subcláusula 4.5 (c) se aplicar, a Contratada deverá então nomear (ou fazer com que seja nomeada) uma pessoa substituta adequada para cada pessoa removida.
- (e) A Contratada não deve, sem o consentimento prévio do Representante da Contratante, revogar a nomeação do Representante da Contratada ou nomear um substituto.
- (f) A Contratante não será responsável por quaisquer danos ou compensações pagáveis por lei em relação ou em consequência de qualquer acidente ou lesão a qualquer Pessoal da Contratada.
- (g) A Contratada deverá informar ao Pessoal da Contratada sobre os procedimentos a serem seguidos e os padrões a serem cumpridos nos termos deste Contrato.

4.6 Não pagamento pela Contratada

- (a) Se a Contratante tomar conhecimento de que a Contratada não pagou a qualquer Subcontratada, Subcontratada(s) Nomeada(s) ou Pessoal da Contratada de acordo com este Contrato, a Contratante poderá enviar à Contratada um Aviso solicitando à Contratada que apresente provas documentais razoáveis:
 - (i) que a Subcontratada, a Subcontratada Nomeada ou o Pessoal da Contratada receberam todos os valores devidos; ou
 - (ii) que satisfaça a Contratante de que a Contratada tem o direito razoável de reter ou recusar o pagamento à Subcontratada, Subcontratada Nomeada ou Pessoal da Contratada.
- (b) A Contratante pode, a seu exclusivo critério, pagar diretamente ao Pessoal da Contratada, Subcontratadas ou Subcontratadas nomeadas o montante que a Contratante determinar como devido e para o qual a Contratada não tenha apresentado as provas descritas na Subcláusula 4.6 (a). Posteriormente, a Contratante deverá notificar a Contratada indicando o montante pago diretamente e, consequentemente, recuperar qualquer montante pago como dívida devida pela Contratada à Contratante de acordo com a Subcláusula 10.12 [Compensação].
- (c) A Contratante pode solicitar à Contratada que inclua na sua Declaração ao abrigo da Subcláusula 10.3 [Declarações da Contratada] a confirmação dos pagamentos devidos às suas Subcontratadas, Subcontratadas Nomeadas e Pessoal da Contratada de acordo com o cronograma de pagamento incluído no contrato entre a Contratada e as suas Subcontratadas e pessoal.

4.7 Equipamentos da Contratada

- (a) A Contratada será responsável e manterá registros de todos os Equipamentos da Contratada no Local. Quando levado para o Local, o Equipamento da Contratada será considerado exclusivamente destinado à execução das Obras de Instalação. A Contratada não deve remover do Local quaisquer itens principais do Equipamento da Contratada sem o consentimento prévio por escrito do Representante da Entidade Contratante.
- (b) Todos os Equipamentos da Contratada devem estar em pleno funcionamento, mantidos e armazenados de acordo com as recomendações dos fabricantes ou fornecedores durante a duração de seu uso no Local. Qualquer equipamento defeituoso ou inseguro não deve ser usado e deve ser removido do Local pela Contratada, às custas da Contratada, quando instruído a fazê-lo pelo Representante da Contratante.

4.8 Delimitações

- (a) A Contratada deve definir as Obras em relação aos pontos originais, linhas e níveis de referência especificados no Contrato ou notificados pelo Representante da Contratante. A Contratada será responsável pelo posicionamento correto de todas as partes das Obras, incluindo a

verificação da precisão de todos esses itens de referência antes de estabelecer as Obras, e deverá corrigir qualquer erro nas posições, níveis, dimensões ou alinhamentos das Obras.

4.9 Saúde, Segurança e Socioambiental

- (a) No prazo de vinte e um (21) dias a partir da Data de Início e antes de iniciar quaisquer atividades de construção no Local, a Contratada deverá apresentar ao Representante da Contratante o Plano de Gestão de Saúde e Segurança e o Plano de Gestão Socioambiental que foram especificamente preparados para as Obras, o Local e outros locais (se houver) onde a Contratada pretende executar as Obras. Posteriormente, sempre que os Planos forem atualizados ou revisados, uma cópia deverá ser prontamente enviada ao Representante da Contratada.
- (b) A Contratada deverá, durante toda a execução das Obras:
 - (i) cumprir todos os regulamentos de saúde e segurança aplicáveis das Autoridades relevantes e as políticas, diretrizes, procedimentos e requisitos de saúde e segurança, conforme estabelecido na Especificação, até a emissão do Certificado de Conclusão Final;
 - (ii) implementar e cumprir um sistema de saúde e segurança que, no mínimo, deve cumprir a Subcláusula 4.9 (b) (i) e quaisquer requisitos que o Representante da Contratante deve notificar a Contratada, de tempos em tempos;
 - (iii) enviar todos os procedimentos e documentos de conformidade especificados no Contrato e na Especificação ao Representante da Contratada para obter informações antes de cada projeto (se houver) e etapa de execução das Obras ser iniciada, incluindo declarações de método de trabalho seguro, avaliações de risco, registros que mostram que o pessoal foi informado das avaliações de risco, controles críticos e outras informações que os ajudam a abordar os principais riscos de saúde e segurança;
 - (iv) ser responsável pela saúde e segurança de todas as pessoas com direito a estar no Local;
 - (v) envidar esforços razoáveis para manter o Local e as Obras livres de obstruções desnecessárias, de modo a evitar perigo para as pessoas;
 - (vi) fornecer cercas, iluminação, guarda e vigilância das Obras até a tomada de posse nos termos da Cláusula 7 [*Assunção da Contratante*] e quando quaisquer trabalhos pendentes e/ou reparação de defeitos estiverem em andamento;
 - (vii) fornecer quaisquer Obras Temporárias (incluindo estradas, calçadas, guardas e cercas) que possam ser necessárias, por causa da execução das Obras, para o uso e proteção do público e dos proprietários e ocupantes das terras e propriedades adjacentes; e
 - (viii) fornecer ao Representante da Contratante acesso razoável aos registros e instalações da Contratada, dentro e fora do Local, para permitir que o Representante da Contratante avalie a conformidade da Contratada com esta Subcláusula 4.9.
- (c) No caso de qualquer surto de doença de natureza epidêmica, a Contratada deverá cumprir e cumprir os regulamentos, ordens e requisitos que possam ser feitos pelas Autoridades relevantes ou autoridades médicas ou sanitárias locais com a finalidade de lidar com ou superar a epidemia.

- (d) Não obstante qualquer outro direito ou recurso que a Contratante possa ter, a Contratada concorda que, no caso de não cumprir as suas obrigações de saúde e segurança, conforme estabelecido no Contrato, o Representante da Contratante poderá emitir um Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança à Contratada. Este Aviso será dado de acordo com a Subcláusula 11.1 [*Aviso para Corrigir*]. Neste caso, a Contratada será responsável por implementar quaisquer medidas corretivas necessárias para cumprir o Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança, e conforme possa ser instruído pelo Representante da Contratante no Aviso, às suas próprias custas.
- (e) De acordo com um Aviso para Corrigir, em caso de violação de um Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança pela Contratada, a Contratante terá o direito de rescindir o Contrato nos termos da Cláusula 11 [*Rescisão pela Contratante*].
- (f) Além disso, o Representante da Contratante terá o direito de suspender a totalidade ou parte das Obras enquanto a Contratada permanecer em violação de suas obrigações de saúde e segurança e até que tenha tomado as medidas corretivas necessárias, às suas próprias custas, conforme possa ser instruído por e para a satisfação do Representante da Contratante. Para evitar dúvidas, em caso de tal suspensão, a Contratada não terá direito a um EOT ou qualquer aumento no Preço do Contrato de acordo com a Subcláusula 6.7 [*Consequência da Suspensão da Contratante*].
- (g) No caso de um risco iminente no Local, não obstante qualquer outra disposição do Contrato, o Pessoal da Contratante terá o direito de suspender imediatamente a totalidade ou parte das Obras, instruindo oralmente, conforme apropriado. O Representante da Contratante será informado o mais rápido possível e avaliará a situação e instruirá a Contratada sobre quaisquer medidas corretivas que possam ser necessárias antes que as Obras possam ser retomadas. A Contratante deverá então confirmar a suspensão e as medidas corretivas por escrito o mais tardar quarenta e oito (48) horas após ter sido informada da suspensão.
- (h) A Contratada também pagará quaisquer multas monetárias e custos de remediação, conforme especificado no Contrato, se houver, e/ou conforme possa ser imposto pela Autoridade relevante por violações de saúde, segurança, sociais e ambientais.
- (i) A Contratante pode instruir a Contratada a rescindir a Subcontratada e/ou Subcontratada Nomeada em caso de violação das obrigações de saúde e segurança pela Subcontratada e/ou Subcontratada Nomeada que, na opinião do Representante da Contratante, seja grave ou repetida.
- (j) Em caso de qualquer incidente relacionado à saúde e segurança que possa ocorrer durante a execução da Obra, o Representante da Contratada deverá, o mais rápido possível e dentro de no máximo vinte e quatro (24) horas após o incidente, enviar ao Representante da Contratante um relatório detalhando o incidente.
- (k) A Contratada deve tomar todas as medidas necessárias para proteger o meio ambiente (dentro e fora do Local) e aderir consistentemente ao Plano de Gestão Socioambiental das Obras e deve sempre:
 - (i) cumprir suas obrigações nos termos do Contrato de maneira ambiental e socialmente responsável, garantindo que todas as precauções necessárias sejam tomadas para evitar impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades de acordo com as Melhores Práticas da Indústria (dentro e fora do Local);
 - (ii) limitar danos e incômodos às pessoas e bens resultantes da poluição, ruído, vibração e outros resultados de suas operações. Em caso de dano ou incômodo incorrido, medidas de mitigação e reparação serão tomadas pela Contratada às suas custas;

- (iii) cumprir as políticas, diretrizes, normas, procedimentos e requisitos especificados na Especificação e as políticas, diretrizes, normas, procedimentos e requisitos de todas as Autoridades relevantes relacionadas à proteção do meio ambiente; e
- (iv) garantir que as emissões, descargas superficiais, efluentes e quaisquer outros poluentes das atividades da Contratada não excedam os valores indicados no Contrato e conforme prescrito de outra forma pelas Leis.

4.10 Sistema de Gestão da Qualidade

- (a) A Contratada deve preparar e implementar (e deve garantir que quaisquer Subcontratadas e Subcontratadas Nomeadas implementem) um SGQ para demonstrar a conformidade com os requisitos do Contrato. O SGQ deve ser especificamente preparado para as Obras e enviado ao Representante da Contratante dentro de vinte e um (21) dias após a Data de Início.
- (b) A Contratada deverá realizar uma revisão interna do SGQ regularmente e enviar os resultados de tais revisões internas ao Representante da Contratante, juntamente com quaisquer medidas propostas para melhorar e/ou retificar o SGQ e/ou sua implementação. Posteriormente, sempre que o SGQ for atualizado ou revisado, uma cópia deverá ser prontamente enviada ao Representante da Contratante.

4.11 Teste pela Contratada

- (a) A Contratada deverá realizar todos os testes especificados no Contrato de acordo com os requisitos estabelecidos na Especificação.
- (b) A Contratada deve fornecer todos os aparelhos, assistência, documentos e outras informações, suprimentos temporários de eletricidade e água, equipamentos, combustível, consumíveis, instrumentos, mão de obra, materiais e pessoal devidamente qualificado, experiente e competente, conforme necessário para realizar o especificado teste de forma eficiente e adequada.
- (c) A Contratada deverá enviar um Aviso à Contratada, informando a hora e o local para o teste especificado de qualquer Instalação, Materiais e outras partes das Obras. A Notificação da Contratada deve ser dada dentro de um prazo razoável, tendo em conta a localização dos testes e quaisquer restrições do local.
- (d) A Contratante pode, nos termos da Subcláusula 9.1 [*Direito de Variar*], variar a localização ou o momento ou os detalhes dos testes especificados no Contrato ou instruir a Contratada a realizar testes adicionais. Se esses testes variados ou adicionais mostrarem que a Planta, Materiais ou Obras testados não estão de acordo com o Contrato, o Custo e qualquer atraso incorrido na execução dessas Variações serão arcados pela Contratada.
- (e) No caso de a Contratada não notificar suficientemente o Representante da Contratante antes de cobrir as partes relevantes das Obras, ou o Representante da Contratante estabelecer que o projeto, os Materiais, a Fábrica ou a mão-de-obra da Contratada estão defeituosos ou não estão de acordo com o Contrato, a Contratada deverá (às suas custas) reparar prontamente o defeito e garantir que o item rejeitado esteja em conformidade com o Contrato ou seja substituído por um item aprovado. A Contratada é responsável pelo custo total da descoberta e/ou demolição, teste e reintegração da Obra.

4.12 Condições do Local

- (a) A Contratada reconhece:
 - (i) que visitou e examinou o Local e seus arredores e obteve todas as informações e dados necessários relativos às Condições do Local e levou em consideração todas as Condições do Local e outras condições que podem afetar a execução das Obras (incluindo, sem limitação, a área circundante e os meios disponíveis de acesso e saída do Local); e
 - (ii) ter se familiarizado com as Condições do Local e ter obtido todas as informações razoavelmente disponíveis sobre quaisquer riscos associados, contingências e outras circunstâncias que possam influenciar ou afetar a execução das Obras.
- (b) A Contratante disponibilizará à Contratada, para informação, todos os dados e informações relevantes na posse da Contratante relativos às Condições do Local.
- (c) A Contratada será considerada como tendo permitido todas essas Condições do Local dentro do Preço do Contrato e Prazo de Conclusão. As discrepâncias entre as Condições do Local e as antecipadas pela Contratada são de risco da Contratada e não darão direito à Contratada a um PDP, uma Variação ou um ajuste no Preço do Contrato.
- (d) Nenhuma falha por parte da Contratada em descobrir qualquer condição, risco, contingência, nem qualquer mal-entendido em relação a qualquer assunto que afete o Local e seus arredores e os meios disponíveis de acesso a ele isentará a Contratada de quaisquer riscos ou obrigações impostas ou assumidas por ela.
- (e) Nesta Subcláusula 4.12, "condições físicas" significa condições físicas naturais e obstruções e poluentes artificiais e outros físicos, que a Contratada encontra no Local ao executar as Obras, incluindo condições subsuperficiais e hidrológicas, mas excluindo condições climáticas.
- (f) Se, e na medida em que, a Contratada encontrar condições físicas que o Representante da Contratante determine serem imprevisíveis e sofra atrasos e/ou incorra em Custos devido a essas condições, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*], a:
 - (i) um PDP por qualquer atraso, se a conclusão for ou for atrasada nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prorrogação do Prazo*]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação.

4.13 Direitos de Passagem e Instalações

- (a) A Contratada arcará com todos os custos e encargos por direitos especiais e/ou temporários de passagem que possa exigir para executar e concluir as Obras, incluindo aqueles para acesso ao Local. A Contratada também deverá obter, por sua conta e risco, quaisquer instalações adicionais fora do Local que possa exigir para fins de execução das Obras.
- (b) A Contratada não deve, no entanto, interferir com:
 - (i) a conveniência do público, ou
 - (ii) o acesso, uso e ocupação de todas as instalações, independentemente de serem públicas ou estarem na posse da Contratante ou de terceiros, exceto na medida necessária para as atividades ao abrigo do Contrato.

4.14 Segurança do Local

- (a) A Contratada será responsável por manter pessoas não autorizadas fora do Local. As pessoas autorizadas devem ser limitadas ao Pessoal da Contratada, ao Pessoal da Contratante e a qualquer outro pessoal identificado como pessoal autorizado por um Aviso da Contratante ou do Representante da Contratante.
- (b) A segurança e proteção do Local, dos Equipamentos, Instalações e Materiais da Contratada, dos Equipamentos da Contratante e de todos os outros bens ou pessoal no Local são da exclusiva responsabilidade da Contratada. A Contratada deverá cumprir quaisquer outros requisitos de segurança estabelecidos no Anexo 2.2 [*Plano do Local*].

4.15 Munições não detonadas

- (a) Se, a qualquer momento durante a execução das Obras, uma munição não detonada ou mina terrestre for descoberta no Local, a Contratada deverá interromper imediatamente todo o Trabalho no Local, notificar o Representante da Contratante e tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança de todas as pessoas e propriedades e proteger o Local. A Contratada deve retomar imediatamente a Obra no Local quando instruído pela Contratante ou Representante da Contratante. Qualquer atraso substancial está sujeito à Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*].

4.16 Detonação

- (a) A Contratada não deve armazenar ou usar quaisquer explosivos sem a permissão prévia por escrito da Contratante. A Contratada deve cumprir todos os regulamentos em vigor no País em relação ao armazenamento e uso de explosivos (incluindo o uso de pessoal licenciado). No caso de o uso dos explosivos ser aprovado pela Contratante, a Contratada deve fornecer e garantir que sejam utilizadas as instalações de armazenamento apropriadas aprovadas pelas Autoridades relevantes.

- (b) A aprovação ou recusa da Contratante em permitir o uso de explosivos não isentará a Contratada de nenhuma de suas garantias, obrigações ou responsabilidades nos termos ou em conexão com o Contrato e a Contratada não terá direito a qualquer tempo adicional ou custos adicionais para a execução das Obras em relação a tal aprovação ou recusa.

4.17 Royalties

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratada pagará todos os royalties, aluguéis e outros pagamentos por:
 - (i) Materiais (incluindo naturais) obtidos de fora do Local; e
 - (ii) o descarte de Material de demolições e escavações e de outro material excedente (natural ou feito pelo homem), exceto na medida em que as áreas de disposição dentro do Local sejam especificadas nos Requisitos do Contratante.
- (b) O custo do gerenciamento adequado dos locais de Material e o descarte de Materiais de acordo com a Especificação são considerados incluídos no Preço do Contrato.

4.18 Minas

- (a) A Contratada garante e declara que nem ela nem qualquer uma das subsidiárias ou Afiliadas da Contratada (se houver) está envolvida na venda ou fabricação de minas antipessoal ou componentes utilizados na fabricação de minas antipessoal.
- (b) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará direito à Contratante de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade perante a Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

4.19 Práticas Ilegais de Beneficiamento e Corrupção

- (a) A Contratada garante que não se envolveu, ou tentou se envolver, de qualquer forma, em quaisquer Práticas Proscritas em conexão com o processo de seleção ou a execução deste Contrato ou quaisquer outras atividades da Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas, envolvendo, de qualquer forma, qualquer Pessoal da Contratante ou Representante da Contratante, funcionários ou outro agente da Contratante ou qualquer outra entidade das Nações Unidas.
- (b) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará direito à Contratante de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade perante a Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

4.20 Conduta Desordenada

- (a) A Contratada deverá, em todos os momentos, tomar todas as precauções necessárias para evitar qualquer conduta ilegal, desenfreada ou turbulenta

por parte do Pessoal da Contratada, e para preservar a paz e a proteção das pessoas e das propriedades no Local e próximo a ele.

4.21 Abastecimento de Água

- (a) A Contratada deverá, tendo em conta as condições locais, fornecer no Local, durante a duração das Obras, um fornecimento adequado de água potável e outra água para o uso do Pessoal da Contratada.

4.22 Bebidas Alcoólicas ou Drogas

- (a) A Contratada não deverá trazer ou armazenar no Local, importar, vender, dar, permutar ou de outra forma descartar qualquer bebida alcoólica ou drogas no Local, ou permitir ou sofrer qualquer importação, venda, presente, permuta ou descarte pelo Pessoal da Contratada e/ou suas Subcontratadas.

4.23 Armas, Munições e Explosivos

- (a) A menos que indicado de outra forma na Especificação ou instruído ou permitido pela Contratante por escrito, a Contratada não deverá trazer ou armazenar no Local, dar, trocar ou de outra forma alienar, a qualquer pessoa ou pessoas, quaisquer armas, munições ou explosivos de qualquer tipo ou permitir que o Pessoal da Contratada ou suas Subcontratadas o façam.

4.24 Festivais e Costumes Religiosos

- (a) A Contratada deverá, em todas as negociações com o Pessoal da Contratada, ter em devida conta todos os festivais reconhecidos, dias de descanso e costumes religiosos ou outros.

4.25 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

- (a) A Contratada garante que cumprirá e garantirá que o Pessoal da Contratada cumpra a Declaração da OIT de 1998 sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Oito Convenções Fundamentais da OIT, o que tiver os mais altos padrões. Esses direitos universais incluem a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação em relação ao emprego e à ocupação.
- (b) A Contratada deve fornecer um ambiente de trabalho seguro e protegido, todas as instalações de acomodação, sanitárias e de bem-estar necessárias para o Pessoal da Contratada de acordo com a Especificação e deve fornecer comodidades separadas no Local para as mulheres empregadas na execução das Obras.
- (c) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará direito à Contratante de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade perante a Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

4.26 Trabalho Infantil

- (a) A Contratada declara e garante que nem ela, nem o Pessoal da Contratada, nem qualquer uma das subsidiárias ou Afiliadas da Contratada (se houver) estão envolvidas em qualquer prática inconsistente com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32, que, nomeadamente, exige que uma criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou ser prejudicial à saúde da criança ou ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.
- (b) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará direito à Contratante de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade perante a Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

4.27 Assédio Sexual, Exploração e Abuso

- (a) A Contratada deve tomar todas as medidas apropriadas, incluindo quaisquer outros requisitos (se houver) estabelecidos na Especificação, para evitar assédio sexual, exploração ou abuso de qualquer pessoa pelo Pessoal da Contratada. Para esses fins, assédio sexual, exploração e abuso incluem atividade sexual com qualquer pessoa com menos de dezoito (18) anos de idade, independentemente de quaisquer Leis relativas ao consentimento, a menos que tal atividade sexual seja consensual entre duas (2) pessoas casadas e tal casamento seja reconhecido como válido sob as leis do país de cidadania do Pessoal da Contratada.
- (b) Além disso, a Contratada deverá abster-se e tomar todas as medidas razoáveis e apropriadas para proibir seus funcionários ou outras pessoas envolvidas e controladas por ela de trocar qualquer dinheiro, bens, serviços ou outras coisas de valor, por favores ou atividades sexuais, ou de se envolver em quaisquer atividades sexuais que sejam exploradoras ou degradantes para qualquer pessoa.
- (c) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará direito à Contratante de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade perante a Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

5 PROJETO PELA CONTRATADA

5.1 Obrigações de Projeto da Contratada

- (a) Na medida especificada no Contrato, a Contratada deverá realizar o projeto de Obras Temporárias e um elemento menor das Obras Permanentes para inclusão em qualquer Seção ou parte das Obras.
- (b) A Contratada deve garantir que tal projeto seja preparado por designers qualificados e experientes de forma adequada e profissional, de acordo com as Melhores Práticas do Setor, as Leis e os requisitos de todas as Autoridades relevantes e que também cumpram os critérios adicionais (se houver) estabelecidos na Especificação.
- (c) A Contratada deverá enviar imediatamente ao Representante da Contratante todos os projetos preparados pela Contratada ao abrigo do Contrato para Revisão, juntamente com um Aviso indicando que o projeto está pronto para revisão.
- (d) No prazo de catorze (14) dias após o recebimento do projeto da Contratada, o Representante da Contratante deverá concluir uma Revisão e deverá notificar a Contratada:
 - (i) da Não-objeção (que pode incluir comentários sobre questões menores que não afetarão substancialmente as Obras); ou
 - (ii) informando que o projeto apresentado não está de acordo com o Contrato e/ou a Especificação, com motivos.
- (e) A Contratada não deve construir nenhum elemento das Obras Permanentes projetadas pela Contratada até que o recebimento de um Aviso de Não Objeção seja dado pela Contratante nos termos da Subcláusula 5.1 (d). O projeto que foi rejeitado deve ser prontamente alterado e reenviado. A Contratada deverá reapresentar todos os projetos comentados, levando em consideração esses comentários, conforme necessário.
- (f) A Contratada será responsável por qualquer projeto que tenha preparado em relação às Obras, que incluirá desenhos de fábrica, Obras Temporárias e quaisquer outros aspectos relacionados ao projeto.
- (g) Quando concluída, a parte das Obras em que a Contratada é responsável pelo projeto deve ser adequada para os fins pretendidos, conforme definido no Contrato, e deve estar de acordo com as normas técnicas, códigos e regulamentos aplicáveis, conforme declarado na Especificação.

6 INÍCIO, ATRASOS E SUSPENSÃO

6.1 Início das Obras

- (a) A Contratada deverá iniciar a execução das Obras na, ou assim que for razoavelmente praticável após, a Data de Início e, em seguida, procederá com as Obras com a devida diligência e sem demora.

6.2 Prazo para Conclusão

- (a) A Contratada deverá concluir todas as Obras, e cada Seção (se houver), dentro do Prazo para Conclusão das Obras ou Seção (conforme o caso), conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], incluindo a conclusão de todo o trabalho, passando por todos os testes, retificando todos os defeitos e enviando todas as informações e/ou documentação declaradas no Contrato como sendo necessárias para que as Obras ou Seção sejam consideradas concluídas para fins de assumir a Subcláusula 7.1 [*Assumindo as Obras ou Seção*].

6.3 Programação

- (a) O mais tardar vinte e um (21) dias após a Data de Início, a Contratada deverá apresentar ao Representante da Contratante um Programa totalmente detalhado para as Obras de acordo com o Contrato, detalhando como e quando a Contratada se propõe a realizar cada etapa das Obras, de acordo com o Anexo 3.5 [*Requisitos do Programa*].
- (b) O Representante da Contratante deverá concluir uma Revisão do Programa e enviar uma Notificação à Contratada no prazo máximo de catorze (14) dias após a recepção do Programa, indicando as alterações necessárias para cumprir o Contrato ou enviar uma Notificação de Não Objeção.
- (c) O Programa será usado para monitorar o progresso das Obras nos termos do Contrato, e o Pessoal da Contratante contará com o Programa para a administração do Contrato. O Representante da Contratante pode solicitar à Contratada que apresente um Programa revisto a qualquer momento se o Programa não cumprir o Contrato ou deixar de refletir o progresso real.

6.4 Prorrogação do Prazo

- (a) Sujeito à Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*], a Contratada terá direito a um PDP se, e na medida em que, o Prazo de Conclusão seja ou venha a ser atrasado por qualquer um dos riscos da Contratante, conforme descrito na Subcláusula 13.2 [*Riscos da Contratante*] ou qualquer outra causa de atraso que dê origem a um direito a um PDP ao abrigo de uma Subcláusula destas Condições Gerais, desde que:
 - (i) o atraso pode ser claramente demonstrado como tendo atrasado a conclusão geral das Obras; e
 - (ii) a Contratada pode demonstrar, a contento do Representante da Contratante, que envidou os seus melhores esforços para mitigar esse atraso e quaisquer custos e perdas associados a ele.

- (b) Se um atraso causado por uma questão que seja da responsabilidade da Contratante for concomitante com um atraso causado por uma questão que seja da responsabilidade da Contratada, o direito da Contratada a um PDP será dispensado durante o período de concordância.
- (c) Apesar de quaisquer outras disposições do Contrato, o Representante da Contratante poderá, a critério exclusivo e absoluto da Contratante, a qualquer momento, fazer um PDP justo e razoável. O Representante da Contratante não tem qualquer obrigação de conceder, ou de considerar se concede, um PDP e não é obrigado a exercer este poder discricionário em benefício da Contratada.

6.5 Indenização por Atraso

- (a) Se a Contratada não concluir as Obras ou uma Seção (se houver) dentro do Prazo para Conclusão, a Contratada deverá pagar Indenização por Atraso à Contratante por esse inadimplemento.
- (b) As Indenizações por Atraso serão o valor indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], que será pago por cada dia que decorrerá entre o Tempo de Conclusão relevante e a Data de Conclusão das Obras ou Seção relevante (se houver).
- (c) Estas Indenizações por Atraso não isentam a Contratada de suas obrigações de concluir as Obras ou de quaisquer outros deveres, obrigações ou responsabilidades que possa ter nos termos deste Contrato.
- (d) Se o valor acumulado de Indenização por Atraso atingir o valor máximo indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], a Contratante poderá rescindir o Contrato de acordo com a Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*].
- (e) Esta Subcláusula não limitará a responsabilidade da Contratada por Indenização por Atraso em qualquer caso de fraude, negligência grave, inadimplência deliberada ou conduta imprudente da Contratada.

6.6 Suspensão pela Contratante

- (a) A Contratante ou o Representante da Contratante pode, a qualquer momento, instruir a Contratada através de uma Notificação para suspender o progresso de parte ou de todas as Obras, e a Contratante ou o Representante da Contratante pode, a seu critério, notificar a Contratada da causa da suspensão.
- (b) Se a Contratada receber uma Notificação de suspensão nos termos desta Subcláusula 6.6, ela deverá suspender imediatamente o progresso das Obras (ou parte relevante das Obras) até o momento em que a Contratante ou o Representante da Contratante enviar uma Notificação à Contratada para retomar o progresso das Obras ou das partes das Obras que foram suspensas.
- (c) Se a suspensão nos termos desta Subcláusula 6.6 continuar por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a Contratada poderá notificar a Contratante solicitando permissão para retomar as Obras suspensas. Se a Contratante não enviar uma Notificação de retomada do Trabalho dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação da Contratada para permissão para retomada, a Contratada poderá, ao enviar uma segunda Notificação à Contratante, tratar a suspensão como uma omissão das partes afetadas das Obras nos termos da Subcláusula 9.1 [*Direito de Variar*]. Se a suspensão afetar a totalidade das Obras, a Contratada poderá

enviar uma Notificação de acordo com a Subcláusula
12.2 [*Rescisão pela Contratada*].

6.7 Consequência da Suspensão da Contratante

- (a) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custos por cumprir as instruções de uma Contratante nos termos da Subcláusula 6.6 [*Suspensão pela Contratante*] e/ou por retomar o trabalho, a Contratada notificará a Contratante e terá direito, sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reclamação*], a um PDP e/ou pagamento desse Custo.
- (b) Durante essa suspensão, a Contratada deverá proteger, armazenar e proteger as Obras (ou parte relevante das Obras) contra qualquer deterioração, perda ou danos.
- (c) A Contratada não terá direito ao EOT, ou ao pagamento do Custo incorrido, para fazer a reparação:
 - (i) de qualquer defeito, deterioração ou dano causado pelo projeto defeituoso ou defeituoso da Contratada (se houver), mão de obra, Planta ou Materiais;
 - (ii) qualquer deterioração, perda ou dano causado pela falha da Contratada em proteger, armazenar ou proteger as Obras de acordo com a Subcláusula 6.6 [*Suspensão pela Contratante*]; e/ou
 - (iii) se a suspensão for devida a violação do Contrato pela Contratada ou pelo Pessoal da Contratada.
- (d) Após a permissão ou instrução para prosseguir, as Partes examinarão conjuntamente as Obras e a Planta e Materiais afetados pela suspensão. A Contratada deverá reparar qualquer deterioração ou defeito ou perda das Obras ou Instalações ou Materiais, que tenha ocorrido durante a suspensão.

7 OCUPAÇÃO PELA CONTRATANTE

7.1 Ocupação das Obras ou da Seção

- (a) As Obras ou uma Seção das Obras serão assumidas pela Contratante quando:
 - (i) as Obras ou Seção relevante foram concluídas de acordo com os requisitos do Contrato, exceto por quaisquer omissões menores, trabalhos pendentes e defeitos que não afetarão o uso seguro das Obras para a finalidade pretendida;
 - (ii) se aplicável, a Contratada forneceu, e o Representante da Contratante não fez nenhuma objeção aos registros executados e ao manual de operação e manutenção;
 - (iii) se aplicável, a Contratada forneceu o treinamento e concluiu os testes especificados no Contrato;
 - (iv) se aplicável, a Contratada concluiu satisfatoriamente a liberação e/ou reintegração dos Locais designados no Contrato;
 - (v) quaisquer requisitos para assumir nos termos do Contrato foram cumpridos; e
 - (vi) um Certificado de Aquisição para as Obras ou Seção foi emitido.
- (b) Consequentemente, a Contratada pode solicitar um Certificado de Aquisição, enviando uma Notificação ao Representante da Contratante pelo menos catorze (14) dias antes das Obras ou de uma Seção das Obras (se houver) estar completa e pronta para assumir de acordo com esta Subcláusula 7.1.

7.2 Certificado de Aquisição

- (a) O Representante da Contratante deverá, no prazo de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação da Contratada nos termos *da Subcláusula 7.1 [Ocupação das Obras ou da Seção]*:
 - (i) emitir o Certificado de Aquisição à Contratada indicando a Data de Conclusão (isso pode ter anexado uma lista de omissões menores, obras pendentes e defeitos); ou
 - (ii) rejeitar o pedido, dando um Aviso à Contratada com os motivos e especificando a obra que deve ser concluída, os defeitos que devem ser corrigidos e/ou documentos que devem ser apresentados pela Contratada ou condições a serem cumpridas de acordo com a Subcláusula 7.1 *[Ocupação das Obras ou da Seção]*.
- (b) No caso da Subcláusula 7.2 (a) (ii), a Contratada deverá concluir satisfatoriamente o trabalho e corrigir os defeitos (exceto por quaisquer omissões menores, trabalho pendente e defeitos que não afetarão o uso seguro das Obras ou Seção para a finalidade pretendida) antes *de emitir uma Notificação adicional nos termos da Subcláusula 7.1 [Ocupação das Obras ou da Seção]*.
- (c) A Contratada reconhece e concorda que tem total responsabilidade pelas Obras ou Seção até que o Certificado de Aquisição tenha sido emitido pela Contratante.
- (d) No caso de a Contratante utilizar (ou ocupar) qualquer Parte das Obras ou Seções antes da emissão do Certificado de Aquisição, a Parte será considerada como tendo sido adquirida e a Contratante emitirá um Certificado de Aquisição com a data em que a Parte das Obras ou Seção foi ocupada.

8 RESPONSABILIDADE POR DEFEITOS

8.1 Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos

- (a) A Contratante pode, a qualquer momento antes do termo do PND relevante, notificar a Contratada de quaisquer defeitos ou trabalhos pendentes com um tempo identificado para retificação decorrente de:
 - (i) Planta, Materiais ou mão de obra que não esteja de acordo com o Contrato (exceto desgaste justo);
 - (ii) o projeto da Contratada (se houver) das Obras; e/ou
 - (iii) operações ou manutenção impróprias que foram atribuídas aos registros executados e/ou manuais de operação e manutenção e/ou treinamento pelos quais a Contratada é responsável, se aplicável.
- (b) A Contratada deverá remediar o defeito ou danos dentro do prazo especificado pela Contratante no Aviso ao abrigo desta Subcláusula 8.1. Todo o trabalho sob esta Subcláusula 8.1 será executado por conta e risco da Contratada.
- (c) Se a Contratada não corrigir o defeito ou danos dentro do prazo especificado no Aviso, ou qualquer período adicional acordado com a Contratante, a Contratante poderá realizar o trabalho por si própria ou contratar outra parte para o fazer (incluindo testes) por conta e risco da Contratada. A Contratante terá direito, nos termos da Subcláusula 10.12 [Compensação], ao pagamento pela Contratada do custo razoavelmente incorrido pela Contratante na reparação dos defeitos e/ou danos.
- (d) A Contratante terá direito a uma extensão do PDP se e na medida em que as Obras, Seção, Parte das Obras ou um item principal da Planta (conforme o caso):
 - (i) não pode ser usado para a(s) finalidade(s) pretendida(s) em razão de um defeito ou dano; ou
 - (ii) por falha da Contratada em cumprir qualquer outra obrigação do Contrato.
- (e) Tal extensão do PDP será razoável e conforme determinado pelo Contratante e notificado de acordo à Contratada.

8.2 Testes Adicionais após a Correção de Defeitos

- (a) Se o trabalho de remediar qualquer defeito ou dano puder afetar o desempenho das Obras, o Representante da Contratante poderá exigir a repetição de qualquer um dos testes descritos no Contrato e que sejam necessários para demonstrar que as Obras e/ou Planta ou Material remediados estão em conformidade com o Contrato. Esses testes repetidos devem ser realizados por conta e risco da Contratada como parte do custo do trabalho de reparação nos termos da Subcláusula 8.1 [Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos].

8.3 Certificado de Conclusão Final

- (a) O cumprimento das obrigações da Contratada não será considerado concluído até que a Contratante tenha emitido o Certificado de Conclusão Final à Contratada, indicando a data em que a Contratada cumpriu as suas obrigações nos termos do Contrato.
- (b) A Contratante emitirá o Certificado de Conclusão Final no prazo de vinte e oito (28) dias após o vencimento do PDP para todas as Obras ou a última das datas de vencimento dos PDPs para as Seções, ou assim que a Contratada tiver fornecido todos os documentos relevantes e concluído e testado todas as Obras, incluindo a correção de defeitos notificados nos termos da Subcláusula 8.1 [*Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos*].

8.4 Obrigações Não Cumpridas

- (a) Após a emissão do Certificado de Conclusão Final, cada Parte permanecerá responsável pelo cumprimento de qualquer obrigação que se torne aparente naquele momento. Para efeitos de determinação da natureza e extensão das obrigações não cumpridas, o Contrato será considerado como estando em vigor.
- (b) Sujeito a qualquer disposição expressa no Contrato em contrário, as respectivas garantias, obrigações ou responsabilidades das Partes não cessam na conclusão, expiração ou rescisão deste Contrato.
- (c) Não obstante a emissão de um Certificado de Conclusão Final, a Contratada será responsável por remediar, a seu custo e despesa, qualquer Defeito Latente, bem como qualquer dano às Obras causado por tal Defeito Latente, que apareça ou ocorra a qualquer momento durante o Período de Defeito Latente.

8.5 Liberação de Local

- (a) Imediatamente após a emissão do Certificado de Conclusão Final, a Contratada deverá, às suas próprias custas:
 - (i) remover qualquer Equipamento restante da Contratada, material excedente, destroços, lixo e Obras Temporárias do Local;
 - (ii) restabelecer todas as partes do Local que foram afetadas ou alteradas pelas atividades da Contratada durante a execução das Obras; e
 - (iii) deixar o Local e as Obras em condições limpas e seguras.

9 VARIAÇÕES E AJUSTES

9.1 Direito de Variar

- (a) A Contratante pode, a seu exclusivo critério e a qualquer momento antes da emissão do Certificado de Aquisição, iniciar ou instruir Variações, mediante um Aviso à Contratada.
- (b) A variação pode incluir:
 - (i) alterações nas quantidades de qualquer item de trabalho incluído no Contrato (no entanto, tais alterações não constituem necessariamente uma Variação);
 - (ii) mudanças na qualidade e outras características de qualquer item de obra;
 - (iii) alterações nos níveis, posições e/ou dimensões de qualquer parte das Obras;
 - (iv) omissão de qualquer parte das Obras;
 - (v) qualquer trabalho adicional, Planta, Materiais ou serviços necessários para as Obras Permanentes, incluindo quaisquer testes associados na conclusão, poços e outros testes e trabalhos exploratórios; e/ou
 - (vi) alterações na sequência ou no momento da execução das Obras (incluindo o adiamento ou adiamento do Prazo de Conclusão).
- (c) A Contratada deve apresentar uma proposta, a menos que a Contratada forneça prontamente um Aviso ao Representante da Contratante declarando (com detalhes de apoio detalhados) que:
 - (i) a Contratada não possui a experiência relevante;
 - (ii) a Contratada não pode obter prontamente os Bens necessários para a Variação; ou
 - (iii) qualquer outro motivo que afete adversamente as obrigações da Contratada nos termos do Contrato.
- (d) A Contratada deverá, no prazo de catorze (14) dias após o recebimento da Notificação, e antes que a Contratada realize a Variação, apresentar ao Representante da Contratante uma proposta detalhada, incluindo:
 - (i) uma descrição pormenorizada dos diversos trabalhos a realizar, incluindo os pormenores pertinentes, como os recursos, a metodologia e o programa;
 - (ii) uma discriminação do aumento ou diminuição do Preço do Contrato e qualquer efeito no Programa e no Prazo de Conclusão; e
 - (iii) quaisquer outros detalhes que o Representante da Contratante possa razoavelmente exigir.
- (e) O Representante da Contratante deve responder com aprovação, desaprovação ou comentários à proposta. A Contratada ficará vinculada a qualquer Notificação de Variação e executará a Variação com a devida rapidez e sem demora.

9.2 Avaliação das Variações

(a) As variações serão avaliadas pelo Representante da Contratante da seguinte forma:

- (i) quando apropriado, a taxas ou preços no MDQ, ou se não houver taxas ou preços aplicáveis no MDQ, às taxas ou preços incluídos no Anexo 4.1.B [*Horário de Trabalho Diurno*]; ou
- (ii) na ausência de taxas ou preços apropriados no MDQ e no *Horário de Trabalho Diurno*, o Representante da Contratante deverá fazer uma avaliação justa e razoável da Variação; ou
- (iii) se o Representante da Contratante assim o instruir, as taxas de trabalho diário estabelecidas no Anexo 4.1.B [*Horário de Trabalho Diurno*] será aplicável.

9.3 Somas Provisórias

- (a) Se uma Soma Provisória estiver incluída no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], ela será devida pelo Contratante se, e na medida em que, o Representante da Contratada assim instruir a Contratada por escrito a executar um elemento e/ou parte do as Obras, fornecimentos e/ou serviços a que se refere a Soma Provisória.
- (b) Se a Contratante instruir a Contratada a executar um elemento ou parte das Obras, suprimentos ou serviços por meio de uma Soma Provisória, o trabalho ou item será precificado pelo Representante da Contratante de acordo com a Subcláusula 9.2 [*Avaliação das Variações*].
- (c) Cada declaração que inclui um; A Soma Provisória também deve incluir todas as faturas, vouchers e contas ou recibos aplicáveis em comprovação da Soma Provisória.

9.4 Dia do trabalho

- (a) Para trabalhos de natureza menor ou incidental, a Contratante pode instruir que uma Variação seja executada no dia a dia. O trabalho será então avaliado de acordo com a Subcláusula 9.2 [*Avaliação de Variações*].
- (b) A Contratada deverá manter registros de horas de trabalho e Equipamentos da Contratada e quantidades de Plantas e/ou Materiais utilizados.

9.5 Ajustes para mudanças nas leis

- (a) O Preço do Contrato será ajustado para levar em conta qualquer aumento ou diminuição no Custo resultante de uma alteração nas Leis feitas e/ou oficialmente publicadas após a Data Base, que afetem qualquer uma das

Partes no cumprimento das obrigações nos termos do Contrato.

9.6 Ajustes para mudanças no custo

- (a) Salvo disposição expressa em contrário nas Condições Particulares (se houver), o Preço do Contrato não será ajustado para aumentos ou quedas no custo da mão-de-obra, Bens e outros insumos para as Obras.
- (b) O Preço do Contrato e as taxas e preços serão considerados como incluindo valores para cobrir a contingência de aumentos e quedas no custo da mão-de-obra, Bens e outros insumos para as Obras.

10 PREÇO DO CONTRATO E PAGAMENTO

10.1 Preço do Contrato e Avaliação das Obras

- (a) Salvo disposição em contrário neste Contrato:
 - (i) o Preço do Contrato será o valor das Obras de acordo com o Anexo 1.2 [*Detalhes Fornecidos pela Contratada*] e conforme possa variar de acordo com a Subcláusula 9.2 [*Avaliação de Variações*] e sujeito a ajustes, adições e/ou deduções de acordo com o Contrato; e
 - (ii) a Contratada é considerada satisfeita quanto à correção e suficiência do Preço do Contrato e todas as taxas unitárias fixas e preços no Contrato.
- (b) Conforme estabelecido no Contrato:
 - (i) se a opção de pagamento for "medir e pagar", as taxas serão as estabelecidas no Anexo 4.1 [*Quantidades e Taxas*] e serão aplicadas à quantidade relevante de Obras medidas conforme concluídas. As quantidades nos Anexos declarados nesta Subcláusula 10.1 (b) não devem ser tomadas como as quantidades reais das Obras que a Contratada é obrigada a executar, ou para fins de avaliação; ou
 - (ii) se a opção de pagamento for "montante fixo", os montantes fixos, os itens de preço e as quantidades, conforme estabelecido no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], Anexo 4.1.A [*Lista de Quantidades*] é fixada independentemente das quantidades reais das Obras, a menos que os ajustes sejam feitos de acordo com a Cláusula 9 [*Variações e Ajustes*].
- (c) Salvo disposição em contrário no Contrato, o Representante da Contratante avaliará cada item de trabalho aplicando a medição acordada ou determinada e o método de medição indicado no Contrato, e a taxa apropriada, preço especificado no BOQ ou preço fixo para o item.
- (d) A Contratada pagará todos os impostos, taxas e impostos exigidos pela Contratada nos termos do Contrato e conforme exigido pelas Leis, e o Preço do Contrato não será ajustado por nenhum desses custos, exceto conforme estabelecido na Subcláusula 9.5 [*Ajustes para Mudanças nas Leis*] e Subcláusula 9.6 [*Ajustes para Mudanças no Custo*] (se aplicável). Esta obrigação incluirá o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a menos que a Contratante tenha obtido uma isenção para esse IVA das Autoridades relevantes em nome da Contratada.

10.2 Antecipação de pagamento

- (a) Se nenhum pagamento antecipado for estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], esta Subcláusula 10.2 não se aplicará.
- (b) Sujeito às seguintes disposições desta Subcláusula 10.2, a Contratante deverá fazer um pagamento antecipado (se houver) estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], para custos de mobilização e para permitir que a Contratada inicie as Obras.
- (c) A Contratante também pode, a seu exclusivo critério, fazer um pagamento antecipado ou aumentar o pagamento antecipado existente em circunstâncias excepcionais, se solicitado pela Contratada e desde que a Contratada apresente uma Garantia de Pagamento Antecipado adicional para cobrir o valor total do pagamento antecipado.

- (d) A Contratante deverá efetuar o pagamento antecipado no prazo de 30 (trinta) dias, somente após o recebimento da Garantia de Pagamento Antecipado no valor e moedas iguais ao pagamento antecipado.
- (e) A Garantia de Pagamento Antecipado será uma garantia sob demanda devidamente executada e exequível, incondicional e irrevogável na forma estabelecida no Anexo 5.1 [*Formulário para Garantia de Pagamento Antecipado*] de um banco ou instituição financeira líder e credenciada aprovada pela Contratante.
- (f) A Contratada deverá garantir que a Garantia de Pagamento Antecipado seja válida e exequível até que a totalidade do pagamento antecipado tenha sido reembolsada, mas seu valor poderá ser progressivamente reduzido pelo valor reembolsado pela Contratada nos pagamentos intermediários.
- (g) Se os termos da Garantia de Pagamento Antecipado especificarem sua data de vencimento, e o pagamento antecipado não tiver sido reembolsado até vinte e oito (28) dias antes da data de vencimento, a Contratada estenderá a validade da Garantia de Pagamento Antecipado até que o pagamento antecipado tenha sido reembolsado. Se a Contratante não receber esta prova da extensão da Garantia de Pagamento Antecipado, a Contratante terá o direito de reclamar ao abrigo da garantia o montante do pagamento antecipado que não tenha sido reembolsado.
- (h) O pagamento antecipado será reembolsado pela Contratada através de deduções percentuais de cada IPC à taxa indicada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], até o momento em que o pagamento antecipado tenha sido totalmente reembolsado e dentro do período de reembolso indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], se aplicável.
- (i) Se o pagamento antecipado não tiver sido totalmente reembolsado antes da emissão do Certificado de Aquisição das Obras ou antes da data de rescisão do Contrato, todo o saldo então pendente será imediatamente devido e pagável pela Contratada à Contratante.

10.3 Declarações da Contratada

- (a) A Contratada deve apresentar uma Declaração com documentos comprovativos, incluindo relatórios de progresso relevantes, ao Representante da Contratante de acordo com os requisitos e prazos estabelecidos no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*] ou de outra forma conforme notificado pela Contratante ou pelo Representante da Contratante por escrito.
- (b) A Declaração será baseada nos preços e/ou taxas estabelecidos no MDQ ou parcelas de montante fixo e/ou pagamentos de marcos, conforme estabelecido de outra forma nos Anexos.
- (c) Se a Planta e/ou Materiais forem destinados à incorporação nas Obras Permanentes e estiverem listados no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], a Contratada terá direito a uma porcentagem do valor comprovado desses Materiais e/ou Planta conforme especificado no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], se tal Planta e/ou Materiais estiverem de acordo com o Contrato, entregues e devidamente armazenados no Local, e estiverem protegidos contra perda, dano ou deterioração, ou forem aqueles listados no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*] para pagamento quando enviados e tiverem sido enviados para o País a caminho do Local de acordo com o Contrato.

- (d) Cada Declaração deve estar em um formulário aprovado pelo Representante da Contratante e deve incluir os seguintes itens, conforme aplicável, que devem ser expressos nas moedas em que o Preço do Contrato é devido:
- (i) o valor estimado do Contrato das Obras executadas, incluindo Variações aprovadas até o final do período de pagamento;
 - (ii) quaisquer valores a serem adicionados e/ou deduzidos para mudanças nas Leis nos termos da Subcláusula 9.5 [*Ajustes para Mudanças nas Leis*] e para mudanças nos Custos nos termos da Subcláusula 9.6 [*Ajustes para Mudanças no Custo*];
 - (iii) qualquer valor a ser deduzido para retenção à taxa/porcentagem de retenção indicada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] até que o valor atinja o limite do Dinheiro de Retenção indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*];
 - (iv) quaisquer valores a serem adicionados e/ou deduzidos para pagamento antecipado e reembolsos de acordo com a Subcláusula 10.2 [*Pagamento Antecipado*];
 - (v) quaisquer valores a serem adicionados e deduzidos para Planta e/ou Materiais de acordo com esta Subcláusula 10.3 e conforme listado no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*];
 - (vi) qualquer valor a ser adicionado de acordo com a Subcláusula 9.3 [*Valores Provisórios*];
 - (vii) quaisquer valores a serem adicionados de acordo com a Subcláusula 9.4 [*Trabalho Diurno*];
 - (viii) quaisquer valores a serem adicionados para liberação do Dinheiro de Retenção nos termos da Subcláusula 10.5 [*Liberação do Dinheiro de Retenção*];
 - (ix) quaisquer outros acréscimos e/ou deduções que se tornaram devidos nos termos do Contrato;
 - (x) a dedução de valores certificados em todos os IPCs anteriores; e
 - (xi) o IVA, a menos que a Contratante tenha obtido uma isenção para esse IVA das Autoridades relevantes em nome da Contratada.
- (e) A Contratante não está vinculada por qualquer quantia anteriormente considerada pela Contratante como devida à Contratada e, portanto, pode fazer qualquer correção ou modificação a quaisquer pagamentos anteriores.

10.4 Certificado de Pagamento Provisório

- (a) No prazo de quarenta e dois (42) dias após o recebimento da Declaração da Contratada e dos documentos comprovativos apresentados de acordo com a Subcláusula 10.3 [*Declarações da Contratada*], a Contratante pagará à Contratada o montante do IPC que o Representante da Contratante certifica e considera justo ser devido à Contratada.
- (b) A Contratante pode reter do IPC:
- (i) o valor do trabalho ou obrigação que a Contratada estava ou está deixando de executar de acordo com o Contrato; e
 - (ii) o valor da Planta e/ou Materiais fornecidos e do trabalho concluído que não estejam de acordo com o Contrato ou estejam com defeito.

10.5 Liberação de Retenção de Dinheiro

- (a) A Contratada deverá apresentar solicitação:
 - (i) para a primeira metade do Dinheiro de Retenção aplicável às Obras ou Seção das obras assumidas (ou conforme aplicável) no prazo de catorze (14) dias após a emissão do Certificado de Aquisição relevante nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Aquisição*]; e
 - (ii) para a segunda metade do Dinheiro de Retenção (ou saldo pendente) no prazo de catorze (14) dias após o recebimento do Certificado de Conclusão Final para todos as Obras nos termos da Subcláusula 8.3 [*Certificado de Conclusão Final*].
- (b) A Contratante deverá então liberar o valor correspondente do Dinheiro de Retenção dentro de vinte e oito (28) dias após receber as solicitações da Contratada nos termos da Subcláusula 10.5 (a).

10.6 Declaração na Aquisição

- (a) No prazo de quarenta e dois (42) dias após o Representante da Contratante emitir o Certificado de *Aquisição* nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Aquisição*], a Contratada deverá apresentar ao Representante da Contratante uma Declaração de Aquisição com documentos comprovativos, de acordo com a Subcláusula 10.3 [*Declarações da Contratada*] mostrando:
 - (i) o valor de todo o trabalho realizado de acordo com o Contrato até a Data de Conclusão das Obras;
 - (ii) quaisquer quantias adicionais que a Contratada considere devidas na Data de Conclusão das Obras ou da Seção;
 - (iii) qualquer Reclamação para a qual a Contratada tenha emitido uma Notificação sob a Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*] em relação às Obras ou Seção relevante assumida, que a Contratada considera devida pela Contratante por todos os eventos e circunstâncias que ocorreram até a Data de Conclusão; e
 - (iv) quaisquer Reivindicações contestadas relacionadas à totalidade das Obras ou Seção relevante, conforme aplicável.
- (b) A Contratante deverá, então, proceder de acordo com a Subcláusula 10.4 [*Certificado de Pagamento Provisório*].
- (c) A Contratada não tem o direito de fazer uma Reclamação, e a Contratante é liberada de qualquer nova Reclamação ou de um aumento em qualquer Reclamação existente contra a Contratante em relação ao Preço do Contrato ou de outra forma, em relação a todos os eventos e circunstâncias que ocorreram até o início da apresentação da Declaração na Assunção ou expiração dos vinte e oito (28) dias após a Contratante emitir o Certificado de Aquisição de uma Seção ou de todas as Obras, conforme assumido.

10.7 Declaração Final

- (a) No prazo de vinte e oito (28) dias após o recebimento do Certificado de Conclusão Final nos termos da Subcláusula 8.3 [*Certificado de Conclusão Final*], a Contratada deverá apresentar uma Declaração Final na mesma forma que a Declaração nos termos da Subcláusula 10.3 [Declarações da Contratada] ao Representante da Contratante, juntamente com qualquer documentação razoavelmente necessária para determinar o valor final do Contrato de todas as Obras feitas de acordo com o Contrato.

10.8 Quitação

- (a) Ao enviar a Declaração Final, a Contratante deverá enviar uma quitação na forma estabelecida no Anexo 5.3 [*Formulário de Quitação*], que confirma que o total da Declaração Final representa a liquidação total e final de todos os valores devidos à Contratante sob ou em conexão com o Contrato.
- (b) Esta quitação deverá indicar que o total da Declaração Final está sujeito a qualquer pagamento que possa ser devido em relação a qualquer Disputa para a qual a arbitragem esteja em andamento nos termos da Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].

10.9 Certificado de Pagamento Final

- (a) Dentro de quarenta e dois (42) dias após o recebimento da Declaração Final e da quitação nos termos da Subcláusula 10.7 [*Declaração Final*] e Subcláusula 10.8 [*Quitação*], respectivamente, a Contratante pagará à Contratada o valor do Certificado de Pagamento Final que o Representante da Contratante certifica e considera justo que seja finalmente devido à Contratada.

10.10 Moeda de pagamento

- (a) O pagamento deve ser feito na moeda ou moedas e proporções (no caso de pagamentos com mais de uma (1) moeda), conforme indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].
- (b) As proporções ou valores das moedas e as taxas fixas de câmbio a serem usadas para calcular os pagamentos serão as indicadas no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], exceto quando acordado de outra forma pelas Partes.

10.11 Pagamento Atrasado

- (a) Se a Contratada não receber pagamentos dentro dos prazos relevantes estabelecidos no Contrato, a Contratada receberá encargos de financiamento elegíveis compostos mensalmente sobre o valor não pago durante o período de atraso à(s) taxa(s) e detalhes indicados no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] sobre o valor em atraso calculado a partir do vencimento do prazo para o pagamento do valor do IPC até a data real em que o pagamento for recebido da Contratante.

10.12 Compensação

- (a) A Contratante, sem prejuízo de qualquer outro direito que possa ter, pode compensar qualquer montante que possa ser devido pela Contratada à Contratante ao abrigo do Contrato contra qualquer montante que possa ser devido pela Contratante à Contratada ao abrigo do Contrato.

10.13 Auditoria e Investigações

- (a) Cada pagamento feito pela Contratante à Contratada pode estar sujeito a uma auditoria pós-pagamento por auditores, internos ou externos, da Contratante ou por outros agentes autorizados e qualificados da Contratante a qualquer momento durante a vigência do Contrato e por um período de dois (2) anos após a expiração ou rescisão prévia do Contrato. A Contratante terá direito a um reembolso da Contratada por quaisquer montantes demonstrados por tais auditorias como tendo sido pagos pela Contratante que não estejam de acordo com os termos e condições do Contrato.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que, de tempos em tempos, a Contratante pode realizar investigações relacionadas com qualquer aspecto do Contrato ou a sua adjudicação, as obrigações cumpridas ao abrigo do Contrato e as operações da Contratada geralmente relacionadas com o cumprimento das obrigações do Contrato. O direito da Contratante de conduzir uma investigação e a obrigação da Contratada de cumprir tal investigação não caducam após a emissão do Certificado de Conclusão Final ou rescisão do Contrato.
- (c) A Contratada deverá fornecer sua cooperação completa e oportuna com tais inspeções, auditorias pós-pagamento ou investigações. Tal cooperação incluirá, mas não se limitará a, obrigação da Contratada de disponibilizar o Pessoal da Contratada e qualquer documentação relevante para tais fins em momentos razoáveis e em condições razoáveis e conceder à Contratante acesso às instalações da Contratada em momentos razoáveis e em condições razoáveis em conexão com tal acesso ao Pessoal da Contratada e documentação relevante.
- (d) A Contratada exigirá que seus agentes, incluindo, mas não se limitando a, advogados, contadores ou outros consultores da Contratada, cooperem razoavelmente com quaisquer inspeções, auditorias pós-pagamento ou investigações realizadas pela Contratante.

10.14 Avaliação de Desempenho da Contratada

- (a) A Contratante deve realizar uma avaliação do desempenho da Contratada ao abrigo do Contrato. A Contratada deve fornecer sua cooperação completa e oportuna para tal avaliação de desempenho pela Contratante.

11 RESCISÃO PELA CONTRATANTE

11.1 Notificação para Corrigir

- (a) Se a Contratada não cumprir quaisquer obrigações nos termos do Contrato, o Representante da Contratante poderá, mediante uma Notificação para Corrigir, exigir que a Contratada corrija a falha e a corrija dentro do prazo especificado.
- (b) A Notificação para Corrigir deverá:
 - (i) descrever a falha da Contratada;
 - (ii) declarar a Subcláusula e / ou disposições do Contrato sob as quais a Contratada tem a obrigação; e
 - (iii) especificar um prazo razoável dentro do qual a Contratada deverá remediar a falha.
- (c) O mais tardar sete (7) dias após o recebimento da Notificação para Corrigir, a Contratada deverá responder enviando uma Notificação ao Representante da Contratante e descrevendo as medidas que a Contratada tomará para remediar a falha dentro do prazo especificado na Notificação para Corrigir.
- (d) O tempo especificado no Aviso para Corrigir não dará origem a um PDT.

11.2 Rescisão por Inadimplemento da Contratada

- (a) A Contratante terá o direito de notificar a Contratada da sua intenção de rescindir o Contrato se a Contratada:
 - (i) não tomou todas as medidas possíveis para remediar o inadimplemento dentro do prazo especificado no Aviso para Corrigir nos termos da Subcláusula 11.1 [*Notificação para Corrigir*] e tal descumprimento constitui uma violação material das obrigações da Contratada nos termos do Contrato;
 - (ii) abandona as Obras ou de outra forma demonstra a intenção de não continuar o cumprimento das obrigações da Contratada nos termos do Contrato;
 - (iii) deixar de prosseguir com as Obras rapidamente de acordo com a Subcláusula 6.1 [*Início das Obras*];
 - (iv) descumprir a Subcláusula 4.2 [*Garantia de Execução*];
 - (v) descumprir suas obrigações nos termos da Cláusula 15 [*Seguro*]; ou
 - (vi) está de outra forma em violação material do Contrato.
- (b) A menos que a Contratada cumpra a Notificação de intenção de rescindir o Contrato nos termos da Subcláusula 11.2 (a) e corrija o assunto no prazo de catorze (14) dias após o recebimento da Notificação, a Contratante poderá rescindir imediatamente o Contrato mediante Notificação de rescisão. A data de rescisão será a data em que a Contratada receber este Aviso de rescisão.
- (c) No caso da Subcláusula 11.2 c (i) a (iv), a Contratante terá o direito de rescindir o Contrato imediatamente por meio de Aviso de rescisão, sem o Aviso de intenção de rescisão, se a Contratada:

- (i) é declarada insolvente sob quaisquer Leis aplicáveis;
 - (ii) está em violação das Subcláusulas 4.18 [*Minas*], 4.19 [*Práticas Ilegais de Beneficiamento e Corrupção*], 4.25 [*Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*], 4.26 [*Trabalho Infantil*], 4.27 [*Assédio Sexual, Exploração e Abuso*] ou 6.5 [*Indenização por Atraso*];
 - (iii) apresentar uma garantia, seguro, certificado, declaração, resultado do teste ou qualquer outro documento que a Contratada seja obrigada a apresentar nos termos do Contrato que seja falso ou intencionalmente enganoso; ou
 - (iv) subcontratar a totalidade, ou qualquer parte, das Obras em violação de Subcláusula 4.4 [*Subcontratada*], ou cede ou novata o Contrato sem o consentimento prévio exigido da Contratante nos termos da Subcláusula 1.7 [*Cessão ou Novação*].
- (d) Após a rescisão do Contrato nos termos desta Subcláusula 11.2, a Contratada deverá:
- (i) cumprir imediatamente quaisquer instruções razoáveis incluídas no Aviso dado pela Contratada nos termos desta Subcláusula 11.2 para a cessão de qualquer subempreitada e para a proteção de vida ou propriedade ou para a segurança das Obras;
 - (ii) entregar à Contratante quaisquer Bens que a Contratante ou o Representante da Contratante instrua, por escrito, que devem ser usados para a conclusão das Obras e todos os Documentos da Contratada e documentos de projeto feitos por ou para a Contratada; e
 - (iii) desmobilizar e deixar o Local em condições limpas e seguras e, se a Contratada não o fizer, a Contratante terá o direito de restringir o acesso da Contratada ao Local.
- (e) Após a rescisão ao abrigo desta Subcláusula, a Contratante pode concluir as Obras e / ou providenciar para que qualquer outra entidade o faça.

11.3 Avaliação e Pagamento após a Rescisão

- (a) Após a rescisão do Contrato nos termos da Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*], o Representante da Contratante deverá proceder e concordar ou determinar o valor das Obras, Instalações e Documentos da Contratada e quaisquer outras quantias devidas à Contratada pelo trabalho concluído de acordo com o Contrato.
- (b) A avaliação incluirá quaisquer acréscimos e/ou deduções e o saldo devido (se houver).
- (c) As taxas no Contrato serão usadas como base para avaliação após a rescisão ou, se não for aplicável, o Representante da Contratante fará uma avaliação razoável.
- (d) A Contratante pode reter quaisquer pagamentos devidos à Contratada até que todos os custos, perdas e danos (se houver) incorridos pela Contratante tenham sido estabelecidos.

- (e) A Contratante terá direito ao pagamento pela Contratada de:
 - (i) custos adicionais de execução das obras e todos os outros custos razoavelmente incorridos pela Contratante;
 - (ii) quaisquer perdas e danos sofridos pela Contratante na conclusão das Obras;
 - (iii) Indenização por Atraso se o Contrato for rescindido após o Prazo de Conclusão nos termos da Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*]; e
 - (iv) reembolso de Pagamento Adiantado

11.4 Rescisão por Conveniência da Contratante

- (a) A Contratante pode, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato por conveniência, a qualquer momento, mediante um Aviso de tal rescisão à Contratada.
- (b) A rescisão nos termos desta Subcláusula 11.4 entrará em vigor vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação pela Contratada.
- (c) A Contratante devolverá então a Garantia de Execução à Contratada no prazo de vinte e um (21) dias após a entrada em vigor da rescisão.
- (d) A menos e até que a Contratada tenha recebido o pagamento do montante pelo valor do trabalho realizado, conforme ajustado por quaisquer montantes a que a Contratante tenha direito nos termos do Contrato, a Contratante não deverá executar (qualquer parte das) Obras ou providenciar (qualquer parte das) Obras a serem executadas por quaisquer outras entidades.

11.5 Avaliação e Pagamento após a Rescisão por Conveniência da Contratante

- (a) Após a rescisão nos termos da Subcláusula 11.4 [*Rescisão por Conveniência da Contratante*], a Contratada deverá, assim que possível, enviar detalhes de apoio detalhados (conforme razoavelmente exigido pelo Representante da Contratante) de:
 - (i) o valor do trabalho realizado, que incluirá os assuntos descritos na Subcláusula 14.5 (b) [*Rescisão Opcional e Pagamento*]; e
 - (ii) o valor de qualquer perda de lucro ou outras perdas e danos sofridos pela Contratada como resultado desta rescisão.
- (b) O Representante da Contratante deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 14.5 (c) [*Rescisão Opcional e Pagamento*].

12 SUSPENSÃO E RESCISÃO PELA CONTRATADA

12.1 Suspensão

- (a) A Contratada pode, mediante notificação com vinte e um (21) dias de antecedência à Contratante nos termos desta Subcláusula 12.1, suspender o trabalho (ou reduzir a taxa de trabalho), se a Contratante não:
 - (i) pagar à Contratada o valor devido no prazo estabelecido no Contrato; e/ou
 - (ii) cumprir as obrigações da Contratante nos termos do Contrato, o que constitui uma violação material nos termos do Contrato.
- (b) A suspensão continuará a menos e até que a Contratante tenha remediado tal inadimplência conforme a Subcláusula 12.1 (a).

12.2 Rescisão pela Contratada

- (a) A Contratada pode notificar (referindo-se a esta Subcláusula 12.2 e declarando o incumprimento) a Entidade Contratante da intenção da Contratada de rescindir o Contrato se:
 - (i) a Contratante não corrigiu o incumprimento nos termos da Subcláusula 12.1 [*Suspensão*] no prazo de vinte e um (21) dias após a suspensão das Obras pela Contratada; e/ou
 - (ii) uma suspensão prolongada (se a suspensão continuar por mais de cento e oitenta (180) dias consecutivos) de parte das Obras afeta a totalidade das Obras, conforme descrito na Subcláusula 6.6 (c) [*Suspensão pela Contratante*].
- (b) A menos que a Contratante corrija o assunto descrito em um Aviso emitido nos termos da Subcláusula 12.2 (a) dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento do Aviso, a Contratada poderá rescindir imediatamente o Contrato, dando um segundo Aviso à Contratante.
- (c) A data de rescisão será então a data em que a Contratante receber este segundo Aviso.

12.3 Pagamento após rescisão pela Contratada

- (a) Após a rescisão nos termos da Subcláusula 12.2 [*Rescisão pela Contratada*], a Contratante deverá pagar imediatamente à Contratada:
 - (i) conforme descrito na Subcláusula 14.5 [*Rescisão Opcional e Pagamento*]; e
 - (ii) sujeito à conformidade da Contratada com a Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*] o valor de qualquer perda de lucro ou outras perdas e danos sofridos pela Contratada como resultado desta rescisão.
- (b) A Contratante devolverá imediatamente a Garantia de Execução, ou partes dela, à Contratada.

13 RISCO E RESPONSABILIDADE

13.1 Cuidados da Contratada com as Obras

- (a) A menos que o Contrato seja rescindido, a Contratada assumirá total responsabilidade pelo cuidado das Obras, Bens e Documentos da Contratada a partir da Data de Início até a emissão do Certificado de Aquisição das Obras nos termos da Subcláusula 7.2 [Certificado de Aquisição], momento em que a responsabilidade pelo cuidado das Obras (ou qualquer Seção ou parte das Obras, conforme o caso) passará para a Contratante.
- (b) A Contratada continuará a assumir a responsabilidade pelo cuidado de qualquer parte das Obras ou Seções que esteja pendente na Data de Conclusão até que este trabalho pendente tenha sido concluído.
- (c) Se ocorrer qualquer perda ou danos às Obras, Bens ou Documentos da Contratada, durante o período em que a Contratada for responsável por seus cuidados, por qualquer causa, exceto conforme declarado na Subcláusula 13.2 [Riscos da Contratante], a Contratada deverá retificar a perda ou dano por conta e risco da Contratada, de modo que as Obras, Bens e Documentos da Contratada estejam em conformidade com o Contrato.

13.2 Riscos da Contratante

- (a) Os Riscos da Contratante são:
 - (i) qualquer atraso ou interrupção causada por qualquer Variação, exceto quando essa Variação for causada por falha, ato, omissão ou violação da Contratada;
 - (ii) qualquer atraso, impedimento ou prevenção causado por ou atribuível ao Contratante, ao Pessoal do Contratante ou a outras Contratadas do Contratante no Local.
 - (iii) qualquer ato negligente, omissão ou violação pela Contratante ou seus agentes, funcionários ou outras Contratadas e consultores;
 - (iv) interferência, temporária ou permanente, com qualquer direito de passagem, luz, ar, água ou outra servidão (que não seja a resultante do método de construção da Contratada) que tenha sido acordado com a Contratada ou seja necessário para a execução das Obras de acordo com o Contrato;
 - (v) uso ou ocupação de qualquer parte das Obras Permanentes pela Contratante, exceto conforme especificado no Contrato antes da emissão do Certificado de Aquisição;
 - (vi) falha, erro, defeito ou omissão em qualquer elemento do projeto das Obras fornecidas pela Contratante; e/ou
 - (vii) Eventos de Força Maior nos termos da Subcláusula 14.1 [Força Maior].

13.3 Consequência do Risco da Contratante

- (a) Se, e na medida em que, qualquer um dos eventos listados na Subcláusula 13.2 [*Riscos da Contratante*] ocorrer e resultar em perda ou danos às Obras, Materiais, Planta e Documentos do Contrato, a Contratada deverá notificar imediatamente o Representante da Contratante. Posteriormente, a Contratada deverá retificar qualquer perda e/ou danos na medida instruída pelo Representante da Contratante. Tal instrução será considerada como tendo sido dada de acordo com a Subcláusula 9.1 [*Direito de Variar*].
- (b) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custo de retificação da perda e/ou dano, a Contratada estará sujeita à Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*] terá direito a:
 - (i) um PDP por qualquer atraso, se a conclusão for ou for atrasada nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prorrogação do Prazo*]; epagamento de qualquer Custo, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação. No caso da Subcláusula 13.2 (a) (i), (ii), (iii), (v) e (vi) [*Riscos da Contratante*], o lucro também deve ser incluído.

13.4 Responsabilidades e Indenizações

- (a) A Contratante e a Contratada serão responsáveis por suas respectivas obrigações nos termos do Contrato e indenizarão a outra parte por danos que possa ter sofrido como resultado dos atos e omissões da Parte infratora. Qualquer reclamação e disputa entre as Partes a este respeito será tratada de acordo com a Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].
- (b) Na defesa da Contratante, a Contratada não deve celebrar qualquer acordo, ou concordar com qualquer acordo ou outro compromisso, ou liquidação de qualquer reclamação, sem a aprovação prévia por escrito da Contratante.
- (c) Nenhuma das Partes será responsável perante a outra Parte por qualquer perda ou dano indireto ou consequente que possa ser sofrido pela outra Parte em conexão com o Contrato, exceto conforme previsto no Contrato.
- (d) Esta Subcláusula não limitará a responsabilidade em qualquer caso de fraude, negligência grosseira, inadimplência deliberada ou má conduta imprudente da Parte inadimplente.

14 FORÇA MAIOR

14.1 Força Maior

- (a) Sujeito à Subcláusula 14.1 (b), Força Maior pode incluir, mas não está limitado aos seguintes eventos ou circunstâncias, desde que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas:
- (i) guerra (declarada ou não guerra), invasão ou ato de inimigos estrangeiros dentro do País;
 - (ii) rebelião, terrorismo, revolução, insurreição, poder militar ou usurpado, ou guerra civil dentro do País;
 - (iii) munições de guerra, radiação ionizante ou contaminação por radioatividade dentro do País, exceto conforme possa ser atribuído ao uso pela Contratada de tais munições, explosivos, radiação ou radioatividade;
 - (iv) epidemia ou pandemia no país declarada pelas autoridades sanitárias;
 - (v) medidas e/ou ações tomadas pelas Autoridades, que impeçam a execução das Obras nos termos do Contrato. Tais medidas e/ou ações não constituem um evento de Força Maior se a ação da Autoridade for devido à falha da Contratada em cumprir as Leis, regulamentos ou procedimentos aplicáveis; ou
 - (vi) terremoto, furacão, tufão, tsunami, atividade vulcânica, incêndio ou outro desastre natural que esteja fora da faixa normal para aquele local naquela época do ano, mas excluindo quaisquer outras condições climáticas que deveriam razoavelmente ter sido previstas pela Parte que reivindica Força Maior e que não eram excepcionalmente adversas.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que, com relação a qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato, a Contratada estará cumprindo tais obrigações em áreas nas quais as Nações Unidas, incluindo a Contratante, estão envolvidas, preparando-se para se envolver ou se desvinculando da manutenção da paz, recuperação humanitária ou de desastres ou operações semelhantes e quaisquer atrasos ou falhas no cumprimento de tais obrigações decorrentes ou relacionadas a condições adversas dentro de tais áreas, não constituirão, por si só, um evento de Força Maior, a menos que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas.

14.2 Aviso de Força Maior

- (a) Se uma Parte for ou for impedida de cumprir qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato por, ou devido a, uma Força Maior ("Parte Afetada"), a Parte Afetada deverá notificar a outra Parte do evento ou circunstâncias que constituem a Força Maior e deverá especificar as obrigações, cujo cumprimento é ou será impedido.
- (b) O Aviso deve ser dado assim que possível e no prazo máximo de sete (7) dias após a Parte Afetada tomar conhecimento, ou dever ter tomado conhecimento, agindo de acordo com as Melhores Práticas do Setor, do evento ou circunstância relevante que constitui Força Maior. Caso não seja possível dar tal Notificação estritamente em razão do evento de Força Maior, a Notificação será dada três (3) dias após a retomada de qualquer meio de fornecimento de Notificação entre as Partes.

- (c) A Parte Afetada deverá, tendo dado uma Notificação, ser dispensada do cumprimento de tais obrigações enquanto tal Força Maior a impedir de cumpri-las.
- (d) Não obstante qualquer outra disposição desta Cláusula 14 [*Força Maior*], a Força Maior não se aplicará às obrigações de qualquer uma das Partes de efetuar pagamentos à outra Parte nos termos do Contrato.
- (e) Não obstante qualquer outra disposição desta Cláusula 14 [*Força Maior*], uma Força Maior não isentará nenhuma Parte de uma obrigação que surgiu antes da ocorrência desse evento, incluindo o cuidado das Obras antes da emissão de um Certificado de Aquisição.

14.3 Dever de Minimizar o Atraso

- (a) Cada Parte deverá, em todos os momentos, envidar todos os esforços razoáveis para superar os efeitos adversos e minimizar qualquer atraso no cumprimento das obrigações nos termos do Contrato como resultado de um evento ou circunstância de Força Maior.
- (b) Uma Parte Afetada deverá notificar a outra Parte quando deixar de ser afetada por Força Maior, mas em qualquer caso, o mais tardar sete (7) dias após a Parte Afetada deixar de ser afetada pelo evento ou circunstância de Força Maior. A Parte Afetada deverá então, assim que for razoavelmente praticável, reiniciar o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato.

14.4 Consequências de Força Maior

- (a) Se a Contratada for impedida de cumprir qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato por Força Maior da qual uma Notificação tenha sido emitida nos termos da Subcláusula 14.2 [*Aviso de Força Maior*], e as Obras estiverem atrasadas e/ou suspensas em razão de tal Força Maior, a Contratada terá direito sujeito à Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*] a um PDT, se o Prazo para Conclusão for ou será atrasado, nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prorrogação do Prazo*].
- (b) Depois de receber a Notificação nos termos da Subcláusula 14.2 [*Notificação de Força Maior*] e sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*], a Contratante deverá concordar ou determinar os assuntos contidos em tal Notificação.
- (c) Sem prejuízo dos direitos da Contratada à Subcláusula 13.3 [*Consequências dos Riscos da Contratante*], a Contratada não terá direito ao reembolso de qualquer Custo adicional incorrido e/ou qualquer ajuste correspondente ao Preço do Contrato resultante de Força Maior.
- (d) Para evitar dúvidas, se a Contratada for instruído pelo Representante da Contratante para implementar medidas de mitigação relacionadas com Força Maior, estas serão consideradas como tendo sido dadas sob a Subcláusula 9.1 [*Direito de Variar*].

14.5 Rescisão e Pagamento Opcional

- (a) Se a execução de substancialmente todas as Obras em andamento for impedida por um período contínuo de oitenta e quatro (84) dias em razão de Força Maior, cuja Notificação foi dada de acordo com a Subcláusula 14.2 [*Notificação de Força Maior*], ou por vários períodos que totalizam mais de cento e quarenta (140) dias devido à mesma Força Maior, então qualquer uma das Partes poderá dar à outra Parte um Aviso de rescisão do Contrato. Nesta hipótese, a rescisão produzirá efeitos quatorze (14) dias após o recebimento da Notificação pela outra Parte. A Contratada deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 14.6 [*Obrigação da Contratada após a Rescisão*].
- (b) Após a data de rescisão, a Contratada deverá, assim que possível, enviar ao Representante da Contratante (com uma cópia para a Contratante) informações de apoio detalhadas que incluirão:
 - (i) o valor das Obras executadas até a data da rescisão e pelas quais a Contratada não foi paga;
 - (ii) os custos reais dos Materiais e Planta razoavelmente entregues ao Local e estão de acordo com o Contrato;
 - (iii) quaisquer quantias a que a Contratada tenha direito nos termos da Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*]; e
 - (iv) o custo razoável e adequadamente incorrido de repatriação e desmobilização.
- (c) O Representante da Contratante procederá então a acordar ou determinar o saldo líquido devido à Contratada ajustado por qualquer montante a que a Contratante tenha direito ao abrigo do Contrato. A Contratante pagará à Contratada o montante acordado ou determinado de acordo com a Subcláusula 10.4 [*Certificado de Pagamento Provisório*] emitido pela Contratante
- (d) Representante, sem a necessidade de a Contratada apresentar Declaração.

14.6 Obrigação da Contratada após a Rescisão

- (a) Após a rescisão do Contrato nos termos da Subcláusula 12.2 [*Rescisão pela Contratada*], Subcláusula 11.4 [*Rescisão por Conveniência da Contratante*] ou Subcláusula 14.5 [*Rescisão Opcional e Pagamento*], a Contratada deverá prontamente:
 - (i) cessar todo o trabalho adicional (exceto na medida especificada no Aviso de rescisão da Contratante) e tomar as medidas necessárias ou conforme indicado pela Contratante para a transferência, proteção e preservação da propriedade da Contratante, para proteção de vida ou propriedade ou para a segurança das Obras;
 - (ii) entregar à Contratante todos os Documentos, Instalações, Materiais e outros trabalhos da Contratada pelos quais a Contratada tenha recebido pagamento; e
 - (iii) remover todos os outros Bens do Local (exceto conforme necessário para a segurança) e quaisquer destroços, lixo e detritos de qualquer tipo e deixar o Local em condições limpas e seguras.

15 SEGURO

15.1 Extensão da cobertura

- (a) A Contratada deverá, na Data de Início ou antes dela, efetuar e posteriormente manter os seguintes seguros válidos e exequíveis nos nomes conjuntos das Partes (na medida do possível), conforme aplicável:
 - (i) Seguro de todos os riscos de construção: por perdas e danos às Obras, Materiais, Planta, Documentos da Contratada e Equipamentos da Contratada por não menos que o custo total de reintegração, incluindo os custos de demolição, remoção de detritos e honorários profissionais e lucro;
 - (ii) Seguro de responsabilidade civil: para responsabilidade de ambas as Partes por perda, dano, morte ou lesão a terceiros ou sua propriedade decorrente do desempenho da Contratada das obrigações nos termos do Contrato, incluindo a responsabilidade do Contratada por danos à propriedade da Contratante que não sejam as Obras;
 - (iii) Seguro de indenização dos trabalhadores: contra responsabilidade por reclamações, danos, perdas e despesas sem culpa ou negligência (incluindo honorários advocatícios e despesas) decorrentes da execução das Obras em relação a lesões, doenças, doenças ou morte de qualquer Pessoal da Contratada. A Contratante também será indenizado, exceto perdas e reivindicações na medida em que surjam de qualquer ato ou negligência da Contratante ou do Pessoal da Contratante; e
 - (iv) todos os outros seguros exigidos pelas Leis, associações comerciais e órgãos da indústria no País e aqueles identificados no Anexo 3.11 [*Requisitos de Seguro*].
- (b) Se indicado no Anexo 3.11 [*Requisitos de Seguro*], a Contratada também deverá efetuar e manter um seguro de indenização profissional em relação às obrigações da Contratada em relação ao projeto da parte das Obras na medida especificada no Contrato.
- (c) A Contratada também deverá adquirir e manter em todos os momentos quaisquer outros seguros válidos e exequíveis que possam ser exigidos pelas Leis e fazer com que suas Subcontratadas efetuem e mantenham em todos os momentos tais seguros válidos e exequíveis.
 - (d) Salvo indicação em contrário da Contratante, os seguros da Contratada devem ser colocados junto de seguradoras de boa reputação e com uma classificação financeira não inferior à da Standard & Poor's BBB, Moody's Baa ou A.M. Best BBB+.

15.2 Providências

- (a) Todos os seguros da Contratada nos termos da Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*] devem estar em conformidade com os requisitos descritos no Anexo 3.11 [*Requisitos de Seguro*].
- (b) A Contratada deverá efetuar e manter todos os seguros com as seguradoras e nos termos aprovados pela Contratante. A Contratada deverá fornecer à Contratante provas de que qualquer apólice de seguro

exigida está em vigor e que os prêmios foram pagos.

- (c) Os seguros referidos na Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*] devem:
- (i) nomear ou indicar firmemente a Contratante como cossegurado;
 - (ii) conter uma cláusula renunciando aos direitos de sub-rogação das seguradoras contra cada parte segurada, seu pessoal e agentes (exceto quando tais direitos forem devidos a um ato viciante); e
 - (iii) prever que a Contratante receba uma notificação por escrito da seguradora pelo menos catorze (14) dias antes de qualquer cancelamento, não renovação ou alteração.
- (d) Todos os pagamentos recebidos das seguradoras relacionados a perdas ou danos às Obras serão mantidos em conjunto pelas Partes e usados para reparar a perda ou danos ou como compensação por perdas ou danos que não devem ser reparados.
- (e) A Contratada será responsável por lidar com quaisquer reivindicações sob os seguros da Contratada. A este respeito, a Contratada deve manter a Contratante plenamente informada e procurar a cooperação da Contratante e dos seus consultores profissionais.
- (f) A Contratada não deverá, sem obter o consentimento prévio por escrito da Contratante e da seguradora (conforme exigido pelo seguro aplicável):
- (i) fazer qualquer admissão de responsabilidade a um terceiro;
 - (ii) celebrar qualquer negociação para liquidar ou comprometer uma reivindicação sob um seguro da Contratada;
 - (iii) celebrar um acordo ou comprometer uma reivindicação sobre os seguros da Contratada; ou
 - (iv) iniciar processos de litígio ou arbitragem.
- (g) A Contratada será responsável, de acordo com qualquer uma das apólices de seguro exigidas pela Subcláusula 15.1 (a) [*Extensão da Cobertura*], por qualquer franquia, taxas e outros custos ou falha na recuperação total ou parcial, caso em que a Contratada indenizará a Contratante em relação a tal franquia, taxas e outros custos ou falha na recuperação.
- (h) Se a Contratada deixar de adquirir ou manter em todos os momentos qualquer um dos seguros exigidos pela Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*], ou deixar de fornecer evidências satisfatórias e cópias das apólices de acordo com esta Subcláusula 15.2, a Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, após ter notificado a Contratada por escrito, pagar quaisquer prêmios ou tomar quaisquer outras medidas que possam ser necessárias para adquirir ou manter tal seguro em vigor às custas da Contratada.
- (i) Nem o não cumprimento nem o cumprimento integral das disposições de seguro do Contrato limitarão ou isentarão a Contratada de suas responsabilidades e obrigações nos termos do Contrato. Quaisquer valores não segurados ou não recuperados das seguradoras serão arcados pela Contratada e/ou pela Contratante de acordo com estas obrigações, responsabilidades ou responsabilidades.
- (j) O custo dos seguros da Contratante será considerado incorporado ao Preço do Contrato.
- (k) As obrigações nesta Cláusula 15 [*Seguro*] permanecerão válidas após a conclusão, rescisão ou expiração do Contrato.

15.3 Falha em Assegurar

- (a) Se a Contratada deixar de efetuar ou manter em vigor qualquer um dos seguros referidos na Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*], ou deixar de fornecer evidências, apólices ou recibos satisfatórios, a Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir o Contrato imediatamente por meio de Aviso de rescisão de acordo com a Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Inadimplemento da Contratada*].

16 REIVINDICAÇÃO DA CONTRATADA

16.1 Aviso de reclamação

- (a) A Contratada deverá notificar o Representante da Contratante assim que possível, por escrito e no prazo máximo de catorze (14) dias (ou dentro de um prazo notificado pela Contratante) após a Contratada tomar conhecimento de qualquer evento ou circunstância que possa atrasar ou interromper as Obras, ou que possa dar origem a um pedido de pagamento adicional, Custos e/ou outros direitos ou isenção de obrigações decorrentes ou relacionadas com o Contrato. A Contratada deverá tomar todas as medidas razoáveis e necessárias para minimizar e mitigar os efeitos do evento ou circunstância.
- (b) Se a Contratada considerar que tem direito a um EOT e/ou qualquer pagamento adicional resultante do evento ou circunstância notificada, a Contratada deverá, mas o mais tardar vinte e oito (28) dias após a Notificação apresentada nos termos da Subcláusula 16.1 (a), enviar ao Representante da Contratante uma Reivindicação totalmente detalhada, incluindo:
 - (i) (a) uma descrição detalhada do evento ou circunstância que deu origem à Reivindicação;
 - (ii) a base contratual da Reivindicação, juntamente com todos os registros contemporâneos; e
 - (iii) documentos comprovativos detalhados e detalhes que descrevem o PDP reivindicado e a natureza e extensão de quaisquer Custos ou pagamento adicional associado a eles.
- (c) Após o recebimento da Reivindicação totalmente detalhada da Contratada, o Representante do Empregador avaliará a Reivindicação juntamente com os documentos e registros de apoio e notificará seu acordo ou determinação do direito da Contratada (se houver) nos termos do Contrato para:
 - (i) pagamento adicional; e/ou
 - (ii) um PDT.
- (d) A Contratada não terá direito a um EOT ou qualquer pagamento adicional ou Custos se não fornecer um Aviso de Reivindicação dentro do período de catorze (14) dias de acordo com a Subcláusula 16.1 (a), caso em que a Contratada será considerado como tendo renunciado ao seu direito de fazer tal Reivindicação, a Contratante será exonerada de qualquer responsabilidade decorrente de ou em conexão com o evento ou circunstâncias que deram origem à Reivindicação, e a Contratada cumprirá suas obrigações de executar as Obras até o Prazo para Conclusão e pelo Preço do Contrato.

17 RESOLUÇÃO DE DISPUTA

17.1 Direito de Litisconsórcio

- (a) A Contratada e a Contratante concordam em resolver Disputas sob ou em relação ao Contrato de acordo com esta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].
- (b) Eles também concordam que, se a Contratante, após a assinatura deste Contrato, celebrar um contrato subsequente com outra parte relacionada às Obras, a outra parte (como outro consultor ou Contratada de obras) poderá se tornar parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência no contrato subsequente celebrado entre a Contratante e a outra parte. Neste caso, a Contratante informará a Contratada por escrito dessa incorporação por referência.

17.2 Resolução amigável

- (a) No caso de uma Disputa entre as Partes, qualquer uma das Partes poderá fornecer Notificação de tal Disputa ao(s) respectivo(s) representante(s) da(s) outra(s) Parte(s). Essa notificação deve:
 - (i) estabelecer a base legal e contratual da Disputa;
 - (ii) expor os fatos sobre os quais a Disputa se baseia;
 - (iii) ter em anexo cópias da correspondência e qualquer material de apoio relevante;
 - (iv) conter informações detalhadas sobre a quantificação da Disputa; e
 - (v) ser devidamente assinado pelo signatário autorizado da Parte que emite o Aviso.
- (b) Após o recebimento de tal Notificação, a Parte que recebeu a Notificação poderá se juntar a qualquer outra parte que possa ter se tornado parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência nos termos da Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*] com cópia para a Parte que forneceu a Notificação.
- (c) Em seguida, os representantes das Partes tentarão resolver a Disputa amigavelmente. Se o Representante da Contratante e o Representante da Contratada não conseguirem resolver a Disputa amigavelmente dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação, a Disputa será encaminhada por qualquer das Partes aos Representantes Seniores das Partes, a serem designados por escrito pelas Partes naquele momento.
- (d) Se os Representantes Seniores das Partes não conseguirem resolver a Disputa amigavelmente dentro de vinte e oito (28) dias após a referência de uma Disputa, a Disputa será finalmente resolvida, a pedido de qualquer uma das Partes, por meio de arbitragem de acordo com as disposições da Subcláusula 17.3 [*Arbitragem*].

17.3 Arbitragem

- (a) Quaisquer Disputas entre as Partes decorrentes ou relacionadas ao Contrato e aos contratos estabelecidos na Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*] serão finalmente resolvidas, apedido de qualquer uma das Partes, por meio de arbitragem de acordo com a Comissão das Nações Unidas sobre Regras de Arbitragem de Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) então em vigor (as “Regras Processuais”).
- (b) Qualquer Parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Litígios*] (diretamente ou nos termos da Subcláusula 17.1 [*Direito de Litígio*]) pode, separadamente ou em conjunto com qualquer outra parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Litígios*], iniciar um processo de arbitragem contra uma ou várias partes desta Cláusula 17 [*Resolução de Litígios*].
- (c) Qualquer Parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] nomeada como Respondente em uma Notificação de Arbitragem pode se juntar a qualquer outra parte que possa ter se tornado parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência nos termos da Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*] na arbitragem, enviando uma Notificação de Litisconsórcio à outra parte no prazo de trinta (30) dias a partir do recebimento por tal Respondente da Notificação de Arbitragem relevante, juntamente com sua resposta à Notificação de Arbitragem à Parte que solicitou a arbitragem. Neste caso, a(s) parte(s) que recebeu(ram) a Notificação de Litisconsórcio terá(ão) 30 (trinta) dias para responder à Notificação de Arbitragem e à Notificação de Litisconsórcio antes que o processo possa continuar.
- (d) Haverá três (3) árbitros, selecionados de acordo com o procedimento estabelecido nas Subcláusulas 17.3 (e) a 17.3 (g).
- (e) Se a Notificação de Arbitragem nomear apenas um (1) Requerente e um (1) Requerido e nenhuma Parte tiver exercido seu direito de litisconsórcio de acordo com a Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*], cada Parte nomeará um (1) Árbitro dentro de catorze (14) dias após o término do período durante o qual as partes podem exercer seu direito de litisconsórcio. Os 2 (dois) Árbitros nomearão o terceiro Árbitro, que atuará como presidente.
- (f) Se mais de duas (2) Partes forem nomeadas no Aviso de Arbitragem, ou pelo menos uma (1) Parte exercer seu direito de litisconsórcio, o(s) Requerente(s) deverá(ão) (conjuntamente) nomear um (1) Árbitro e o(s) Requerido(s) deverá(ão) (conjuntamente) nomear o outro Árbitro, ambos dentro de catorze (14) dias após o término do período durante o qual as Partes podem exercer seu direito de litisconsórcio. Se o(s) Requerente(s) e o(s) Requerido(s) nomearem os árbitros conforme previsto, os dois (2) Árbitros nomearão o terceiro Árbitro, que atuará como presidente. Se uma (1) ou ambas as Partes não nomearem um Árbitro conforme previsto, o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem deverá, mediante solicitação de qualquer uma das partes, nomear todos os três (3) Árbitros em seu nome e designar um (1) deles para atuar como presidente.
- (g) Se mais de uma (1) arbitragem for iniciada de acordo com esta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] (diretamente ou de acordo com a Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*]) e qualquer Parte argumentar que duas (2) ou mais arbitragens estão substancialmente relacionadas e que as questões devem ser ouvidas em um (1) processo, os árbitros selecionados no primeiro arquivado de tais arbitragens determinarão se, no interesse da justiça e eficiência, o processo deve ser consolidado perante esses Árbitros.

- (h) A sede ou o local da arbitragem serão determinados no momento da Disputa.
- (i) O idioma da arbitragem será o Inglês.
- (j) As decisões dos Árbitros serão guiadas pelos princípios gerais do direito comercial internacional, conforme codificado no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) em vigor na Data de Vigência do Contrato, conforme a Lei Aplicável ao Contrato.
- (k) Os Árbitros não terão autoridade para conceder danos punitivos. Além disso, o tribunal arbitral não terá autoridade para conceder juros superiores à Taxa de Financiamento Overnight Garantida (SOFR) do Federal Reserve Bank of New York dos Estados Unidos então prevalecente, e tais juros serão apenas juros simples.
- (l) As Partes serão obrigadas por qualquer sentença arbitral proferida como resultado de tal arbitragem como a decisão final de qualquer Disputa.
- (m) Os procedimentos arbitrais e quaisquer informações e documentos relacionados a esses procedimentos serão considerados confidenciais, sujeitos à Subcláusula 1.9 [*Confidencialidade*].

17.4 Resolução de Disputas para Não Atrasar a Execução das Obras

- (a) Apesar de qualquer ativação dos procedimentos de resolução de disputas nos termos desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*], a Contratada continuará a executar as Obras e suas outras obrigações sob e em conexão com o Contrato.

17.5 Sobrevivência

- (a) Esta Cláusula 17 [*Resolução de Litígios*] sobrevive à conclusão, expiração ou rescisão do Contrato.